

Odemira Território Educativo

[Julho de 2015]



OdeTE⁶

PONTO INICIAL

“Meu filho, Diz, Não sei onde foste, tão novo, buscar essas ideias, essa ciência, E eu não saberia dizer-to, talvez os homens nasçam com a verdade dentro de si e só não a digam porque não acreditam que ela seja a verdade, É verdade que te queres ir embora, É, E voltas, Não sei...”

José Saramago (/n O Evangelho segundo Jesus Cristo)

Este documento é importante, em primeiro lugar, porque é o produto de muitas pessoas, das suas experiências e de muitos dias de discussão. É importante também porque significa um salto em frente, com muito risco, na forma como víamos a educação no nosso território. É mais importante porque aponta, seguramente, o caminho do futuro. E é por tudo isso que cabe lembrar José Saramago, não só pelo que diz, mas porque ele me recorda o primeiro dia que vi e ouvi o Tiago Pereira. A todas e todos o meu agradecimento institucional e pessoal também.

Hélder Guerreiro

Vereador da Educação da Câmara Municipal de Odemira

1. Contextualização/Enquadramento	7
1.1. A Razão	8
1.2. O diagnóstico	9
1.3. A Visão	13
1.4. Problema Social Complexo	15
1.5. Modelo de Governança	17
1.6. Objetivos e Respostas	20
2. Projeto de Desenvolvimento Sociocomunitário de Educação	25
2.1. Princípios	26
2.2. Escola	28
2.3. Além da Escola	31
3. Carta Educativa	35
3.1. Introdução	36
3.2. Rede Escolar.....	36
3.3. Rede de Espaços com Potencial Educador	53
3.4. Rede de Transportes	54
4. Comunicação, Monitorização e Avaliação	57
4.1. Comunicar com todos em rede	58
4.2. Monitorizar a partir do elemento	58
4.3. Avaliar produzindo conhecimento	58
Referências Bibliográficas	61
Anexos	63
Anexo 1	73
Anexo 2	65
Anexo 3	79
Anexo 4	89
Anexo 5	95

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1	20
Quadro 2	37
Quadro 3	42
Quadro 4	43
Quadro 5	44

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1	16
Figura 2	18
Figura 3	21
Figura 4	23
Figura 5	25
Figura 6	46
Figura 7	48
Figura 8	50
Figura 9	51

1. CONTEXTUALIZAÇÃO/ ENQUADRAMENTO

“A criança precisa de ter espaço para descobrir e se descobrir, para se ver ao espelho, no outro, nos outros, para que alguém lhe possa estender as mãos, para que ela receba a mensagem da cultura, para que a criança possa adquirir sabedoria, para que possa ter um nome, pôr nomes e criar obra que contribua para enriquecer o património cultural da comunidade. A criança precisa de ter espaço para criar tempo. Tempo para brincar, tempo que seja todo, tempo inteiro. Para sentir, aprender, pensar... nas coisas sérias da vida... no brincar. Para que possa ler na natureza, nas pessoas e nas coisas. Antes que seja tarde, antes que chegue a escola.”

João dos Santos (*in* Ensinaaram-me a ler o mundo à minha volta)

1.1. A RAZÃO

É necessário rever a “carta educativa” porque o documento que subsiste está desadequado no tempo e no propósito mas também porque mudamos a perspectiva. Sentimos hoje que a educação não é o centro, nunca poderá ser, porque as pessoas já o são. É assim porque é do conhecimento acumulado (enquanto inteligência coletiva) e, fundamentalmente, das relações que a realidade nos surge, moldada à imagem das pessoas enquanto indivíduos e enquanto comunidade.

Por isso, a educação é uma das partes, importante é certo, porque não tem um início nem um fim diferente da vida individual de cada uma das pessoas, nem da vida de uma comunidade. Por conseguinte a educação não é uma fase da vida e sim toda a vida. A educação não é uma só vida, enquanto ser isolado, mas sim a vida de todos em conjunto. A educação é relação.

Foi neste sentido que o Município de Odemira resolveu, de forma natural, aderir à Rede das Cidades Educadoras. Tudo isto é relevante porque esse foi um passo, consciente, que se assumiu como transformador e como estruturante para a presente proposta de documento estratégico. Esta Rede, fundada em Barcelona em 1990 por ocasião do I Congresso Internacional das Cidades Educadoras reúne hoje cerca de 450 cidades/territórios (54 das/os quais em Portugal) que entendem a cidade/território que educa enquanto aquela/e que “deve saber encontrar, preservar e apresentar sua identidade pessoal e complexa”, que acredita que a “valorização dos seus costumes e das suas origens deve ser compatível com os modos de vida internacionais” e que “deverá fomentar a participação cidadã com uma perspetiva crítica e corresponsável” (in Carta de Princípios da Rede das Cidades Educadoras).

Estes valores nucleares do concelho de Odemira (identidade territorial, integração de população imigrante e participação cidadã) ligam-no à rede e são também “base” da proposta política de desenvolvimento territorial (Odemira 2020), que olha e pensa o território no sentido da sua atratividade, do respeito pelas suas características identitárias e da aposta na promoção da capacitação e na participação da sua população.

O presente documento, Odemira Território Educativo – OdeTE, ancorado nos princípios da rede das cidades educadoras e na visão do Odemira 2020, enquadra uma proposta de reformulação da “Rede de Educação” em Odemira, para o período 2015-2020, com base no resultado dos trabalhos desenvolvidos, por todos, no âmbito da revisão da Carta Educativa.

Pretende ser um documento que dá corpo, que decide, mas que está aberto à permanente discussão. É um documento que preconiza e que entende a “Rede de Educação” enquanto algo que excede (mas inclui) a “Rede Escolar” do concelho, a partir dos vetores que determinaram a sua definição e que estão, principalmente, inscritos no 5º e 6º princípios da carta de princípios da rede das cidades educadoras:

“Os municípios deverão exercer com eficácia as competências que lhes cabem em matéria de educação. Qualquer que seja o alcance destas competências, elas deverão prever uma política educativa ampla, com carácter transversal e inovador (...) compreendendo todas as modalidades de educação formal, não formal e informal, assim como as diferentes manifestações culturais, fontes de informação e vias de descoberta da realidade que se produzam na cidade.”

“Com o fim de levar a cabo uma atuação adequada, os responsáveis pela política municipal duma cidade deverão possuir uma informação precisa sobre a situação e as necessidades dos seus habitantes. Com este objectivo, deverão realizar estudos que manterão atualizados e tornarão públicos, e prever canais abertos (meios de comunicação) permanentes com os indivíduos e os grupos que permitirão a formulação de projetos concretos e de política geral.”

Acima de tudo, e porque a educação é parte integrante do contexto abrangente e complexo que é o concelho de Odemira, este documento pretende constituir-se como uma das peças fundamentais na revisão do Plano Diretor Municipal (PDM), bem como servir para a sua adequação às necessidades das pessoas que aqui vivem e/ou que para Odemira escolhem vir viver.

1.2. O DIAGNÓSTICO

Antes de entrarmos por Odemira “dentro” importa olhar para aqueles com quem se pode relacionar, do ponto de vista da proximidade física. O concelho de Odemira deve posicionar-se, em termos de relações de proximidade regional, com quatro realidades diferentes, a saber:

Sines porque as perspetivas de desenvolvimento económico e demográfico, a nível regional e até nacional, estão ancoradas no que for possível fazer com Sines e com a sua infraestrutura portuária;

Alentejo Litoral, porque é neste domínio, sob a forma de comunidade intermunicipal, que muito se jogará sobre a forma de gestão, deste e outros quadros comunitários (financeiros), e onde crescerão novos laços identitários/relacionais;

Algarve porque a estrutura económica ligada ao turismo que existe naquela região pode ser interessante do ponto de vista da absorção de empregos de “proximidade”, produzidos na formação profissional de Odemira, bem como um importante parceiro complementar da oferta turística;

Baixo Alentejo porque existe uma ligação histórica que, sendo decrescente, ainda joga um importante papel em termos de definição dos representantes políticos regionais.

O concelho de Odemira está localizado na Costa Sudoeste de Portugal, Distrito de Beja, NUT II Alentejo e NUT III Alentejo Litoral. Atualmente, é composto por treze freguesias de características bastante diversas, determinadas pela enorme extensão do próprio concelho (1720 Km²), por proximidades muito diversas (Albufeira & Sines), por força de uma orografia inconstante ao longo do território e por recursos manifestamente diferentes (mar e floresta).

Nas dinâmicas recentes, em termos de trabalho colaborativo entre freguesias e/ou entre os diferentes atores das freguesias, bem como na territorialização dos serviços de proximidade, importa assinalar a “criação” de espaços geográficos em torno dos territórios educativos que funcionam como centralidades: Sabóia face a St.^a Clara-a-Velha e Luzianes Gare; Colos face a S. Martinho das Amoreiras, Vale Santiago e Relíquias; Milfontes face a Longueira/Almograve; Odemira (Salvador/Santa Maria) face a Boavista dos Pinheiros e S. Luís; S. Teotónio, pela sua dimensão própria, sobre os aglomerados do seu próprio território.

Neste imenso território surgem atividades e pessoas que, ao longo dos tempos, evoluem e, para melhor compreendermos o território, face ao seu contexto, torna-se necessário observar um pequeno quadro demográfico

Nesse âmbito, importa referir que a perda de população residente no concelho de Odemira foi bastante significativa nas décadas de 60, 70 e 80 do século passado, mas parece ter praticamente estagnado nos últimos 20 anos (-1,40% de população de 1991 a 2001 e -0,15% entre 2001 e 2011).

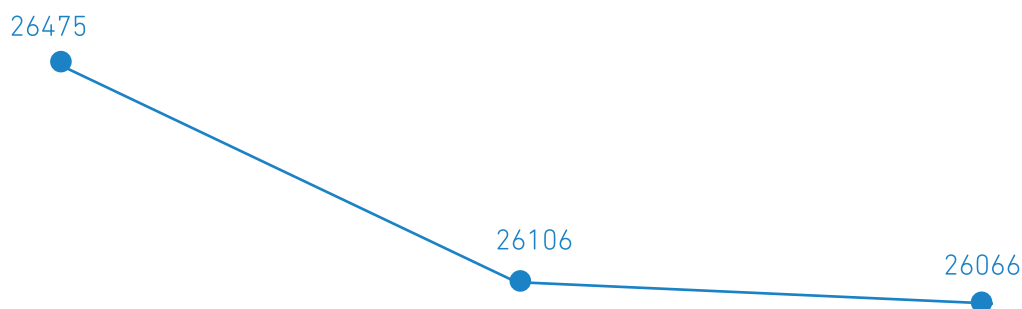


Gráfico 1. População residente no concelho de Odemira segundo os Censos| 1991, 2001 e 2011

Esta tendência é distinta do total da população de Portugal que, nos períodos analisados, é sempre positiva, enquanto a evolução da população no Alentejo Litoral apresenta resultados semelhantes aos do Concelho de Odemira.

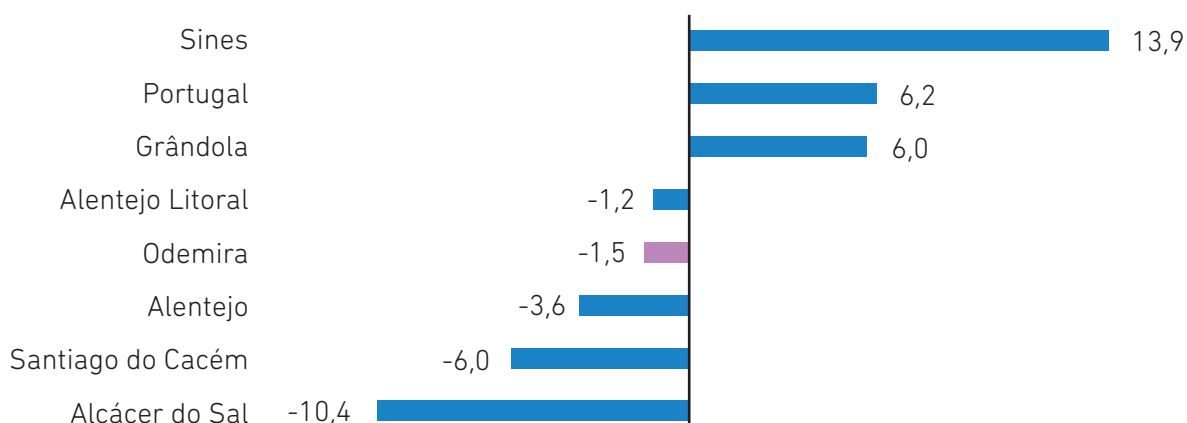


Gráfico 2. Evolução da população residente segundo os Censos 1991-2011 (%)

Outros indicadores importantes, quando tratamos da construção de políticas públicas, sejam elas setoriais ou territoriais, é a dispersão e densidade demográficas na medida em que a disponibilização e custos de acesso de/aos serviços públicos tende a ser manifestamente diferente.

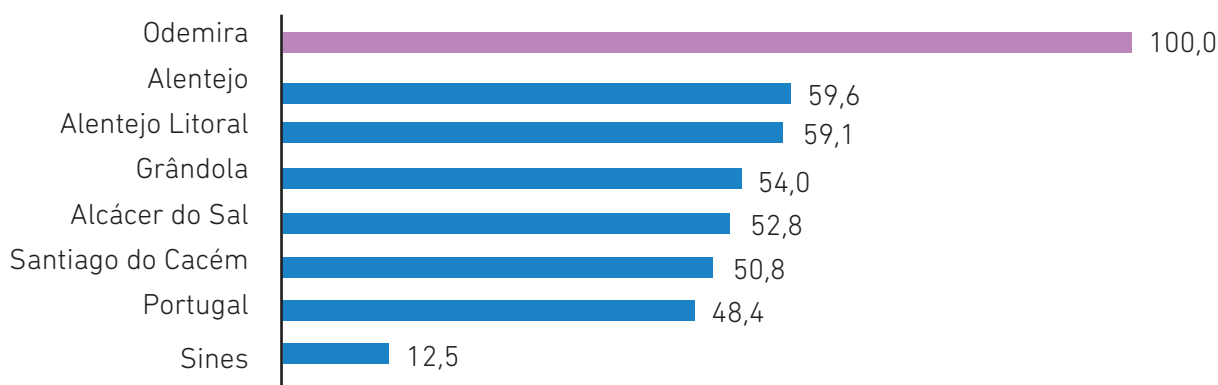


Gráfico 3. População residente em lugares com menos de 4000 habitantes, segundo os Censos de 2011 (%)

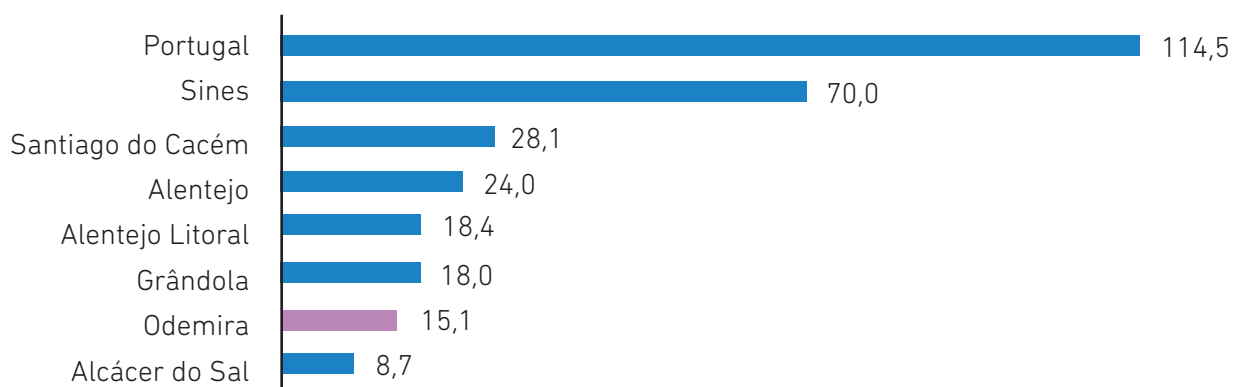


Gráfico 4. Densidade populacional segundo os Censos de 2011 (habitantes/Km²)

Os gráficos anteriores (gráficos 3 e 4), permitem ter um quadro territorial, que é quase divergente na componente de dispersão demográfica, na medida em que Odemira é um território em que, 100% da sua população vive em aglomerados com menos de 4000 habitantes. Quanto à densidade demográfica, não sendo Odemira o concelho com a densidade demográfica mais baixa, associada ao indicador anterior, permite concluir que existe uma enorme dificuldade no acesso das pessoas e bens a lugares centrais, mesmo que sejam dentro do próprio concelho e por mais pequenos que sejam.

Embora as previsões, no Concelho, continuem a apontar para uma pequena quebra de população de 2011 para 2012 (as estimativas dos INE apontam para 25835 habitantes), é difícil prever, a médio prazo, as oscilações de população. Embora o seu índice de envelhecimento seja de 216,2 (a média nacional é de 127,8), a procura de população imigrante é suficientemente significativa e crescente para não permitir uma previsibilidade baseada no saldo natural calculado por recurso às taxas brutas de natalidade e de mortalidade (-197 em 2012; INE - Indicadores Demográficos).

Em termos de distribuição da população, por faixas etárias, um dos indicadores mais fortes de sustentabilidade demográfica, nos gráficos seguintes são bem elucidativos os riscos demográficos que Odemira enfrentará nos próximos tempos.

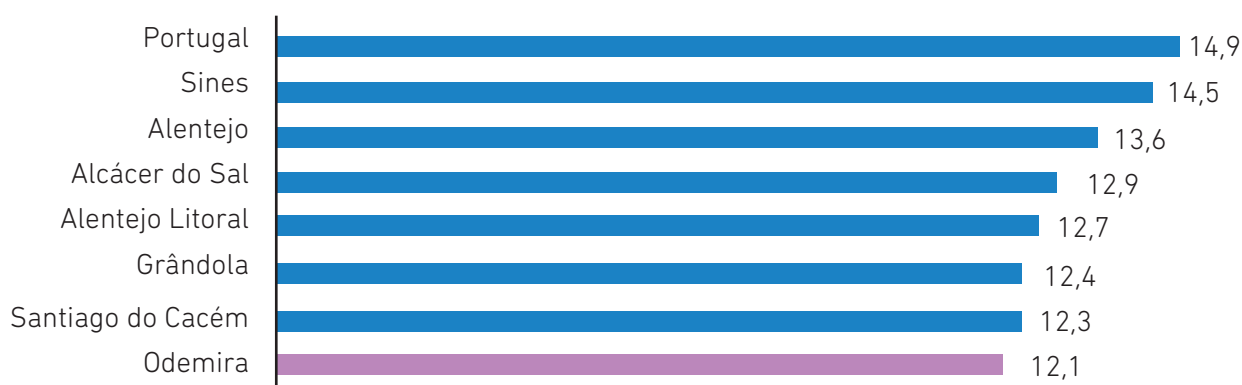


Gráfico 5. População residente por grandes grupos etários, segundo os Censos de 2011: 0-14 anos (%)

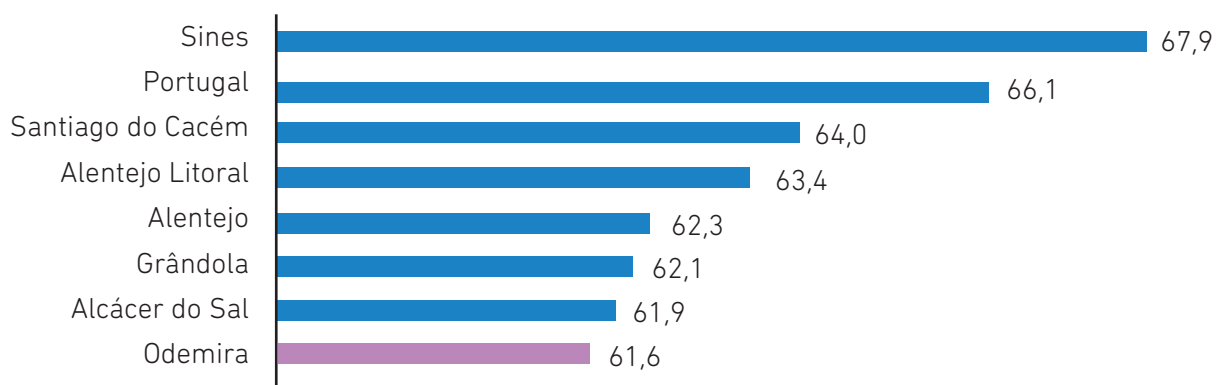


Gráfico 6. População residente por grandes grupos etários, segundo os Censos: 15-64 anos (%)

Finalmente, em termos de empregabilidade, importa olhar para o quadro do desemprego no território, quer do ponto de vista da sua dimensão face ao contexto, quer do ponto de vista das faixas etárias que afeta.

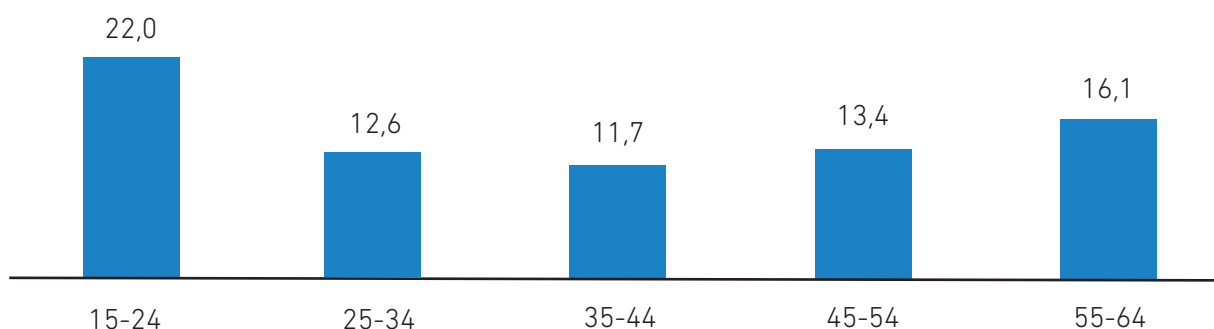


Gráfico 7. Taxa de desemprego em Odemira segundo os censos por grupo etário (%)

Da análise aos gráficos 6 e 7, facilmente se constata que Odemira apresenta a taxa de desemprego mais elevada do Alentejo Litoral (único concelho acima da média nacional) e com uma estrutura que incide muito sobre os mais jovens e, por oposição, sobre os mais velhos.

Temos, portanto, um quadro territorial de elevada complexidade e que expõem o território aos desafios subjacentes a fatores de sustentabilidade demográfica, dispersão demográfica, densidade demográfica e, no aparente, isolamento geográfico do território (é a sede de concelho mais distante de todos os lugares centrais face ao seu contexto envolvente).

1.3. A VISÃO

Os territórios vivem, hoje, momentos de mudança, sendo certo que os atrasos estruturais que o país tinha, foram, em grande medida, debelados e, as necessidades básicas, decorrentes desse atraso estrutural do país, começam a dar lugar a necessidades distintas que, objetivamente, não são “mais do mesmo”.

Exemplo disso é a alteração de paradigma, da focagem na obra pública, para a promoção do emprego, da empregabilidade e do empreendedorismo. Este novo desígnio obriga a perspetivas e outras competências nos diferentes níveis da administração pública. Outro exemplo disso é a necessidade de transformar todo o sistema de ensino público que, durante anos, foi desenhado para uma massificação da educação no país e, agora, se vê confrontado com a necessidade de um novo paradigma de respostas diferenciadas e de forte incremento da qualidade e da diversidade, em detrimento da perspetiva de massas. Hoje, a mudança aponta para o fim de um sistema que fala para todos como se falasse para um aluno médio, que dá lugar a um sistema que fale para cada um/a dos/as alunos/as. A educação para cada um/a em vez de para todos!

É neste novo mundo, que avança a grande velocidade, que os sistemas públicos, de difícil mobilização para a mudança, têm que encontrar forma de responder, competitivamente, a novas solicitações. Este é o tempo em que os territórios têm que competir por alunos/as, transformados num bem escasso, quando já foi difícil responder à exponencial entrada de alunos/as nas escolas. Hoje, o desafio é responder a alunos/as, em quantidades decrescentes, que são “obrigados/as” a estar na escola até aos 18 anos.

Neste cenário, a escola, mais do que competitiva, tem que ser atrativa e tem que olhar para os seus muros numa perspectiva de permeabilidade e recrear/reconstruir relações com os seus parceiros de sempre, mas para criar uma rede educadora diferente. Uma rede que é todo o território e que vai para lá da educação formal. O desafio é reconstruir uma “rede resposta” que valoriza todos, ao longo de toda a sua vida.

Estas mudanças de paradigma resultam sempre das mudanças de contexto e, ainda que exista a tentativa de saltar etapas, os tempos para as mudanças ocorrem também pela existência de oportunidades/estímulos. As propostas de políticas que emanam da administração central sob a forma legislativa e/ou de pacotes de financiamento são componentes sistémicas que dão corpo às políticas públicas e opções de investimento no local.

Também os objetivos, dos diferentes quadros de apoio comunitário, são (têm sido) fortemente condicionantes das opções no local. Assim, mais uma vez, o Acordo de Parceria “Portugal 2020”, que resulta em mais um pacote financeiro, assente numa certa ideia de crescimento inteligente, sustentável e incluso e traça objetivos macro para as componentes educativas que importa realçar: aumentar para, pelo menos, 40% a percentagem da população na faixa etária dos 30-34 anos que possui um diploma do ensino superior; reduzir a taxa do abandono escolar precoce para menos de 10%.

Neste sentido, considerando uma visão geral para o território, a experiência acumulada do Município na área da educação, as novas tendências e desafios legais e financeiros, e, todo o processo de consulta e debate públicos, define-se como visão para a educação a construção de “Odemira como um território educativo, dentro e fora da Escola, promovendo o potencial das estruturas educativas formais e não formais”.

O desenho desta visão resolve parte da necessidade de fazer escolhas mas não encerra em si todo esse processo. É necessário, de seguida, definir o centro da problemática (o problema social complexo), qual o modelo de governação e, com base nisso, é necessário construir o conjunto de objetivos gerais e específicos que se constituam como um mapa de ação que concorra para cumprir a visão definida.

1.4. O PROBLEMA SOCIAL COMPLEXO

Um problema complexo é todo aquele que tem várias origens e caracteriza-se por ser de difícil definição, ter interdependências e multi-casualidades, envolver alterações de comportamento, ser socialmente complexo, não ter soluções lineares e claras. As soluções/respostas encontradas podem gerar novos problemas, atravessar fronteiras organizacionais e responsabilidades, é de difícil resolução e com falhas crônicas de soluções apresentadas. São muitos os que defendem que estes problemas não têm solução “erradicadora” mas sim mitigadora.

Definir o problema complexo no âmbito do Odemira Território Educativo é centrarmo-nos sobre a questão da elevada taxa de abandono escolar precoce. O abandono escolar precoce é, por definição, um indicador de sucesso educativo e não um indicador de abandono ilegal da escola. É, por isso, um indicador bastante largo e que tem por base avaliar a capacidade da escola em ser suficientemente atrativa por forma a garantir que todos concluem o nível secundário dentro de uma determinada faixa etária, considerada adequada. Neste sentido o abandono escolar precoce é medido pela percentagem de população com idade entre os 18 e 24 anos que não concluiu no máximo a escolaridade básica (não concluiu o secundário) e não está a estudar ou a receber outra formação.

É de referir que “esta conceptualização representou um salto qualitativo muito relevante (...)” na construção eficaz de propostas de política e na correta implementação dessas políticas no acréscimo da escolaridade na Europa, essencialmente “(...) por quatro razões principais: porque este indicador garante a comparabilidade internacional; porque se refere à conclusão de um determinado grau de escolaridades (o secundário); porque se constitui como um indicador de desempenho do sistema e não se foca no ónus individual; e porque permite acolher percursos não lineares e alternativos de formação.”

Este indicador é claramente relevante considerando que, estando ligado à componente do sucesso escolar (como as retenções e o absentismo), está muito ligado a condições de contexto (como a pobreza e o desemprego) bem como a componentes estruturais (forma como a comunidade vê a escola) dos territórios. Esta focagem abrangente e complexa, garante as condições para que as respostas possam ser (tenham que ser) do mesmo nível e não só focadas sobre a escola.

Nesta fase importa então, a partir da discussão feita entre os parceiros, apresenta-se a construção do edifício (mind map) do problema social complexo - abandono escolar precoce - no (e para o) espaço territorial de Odemira.

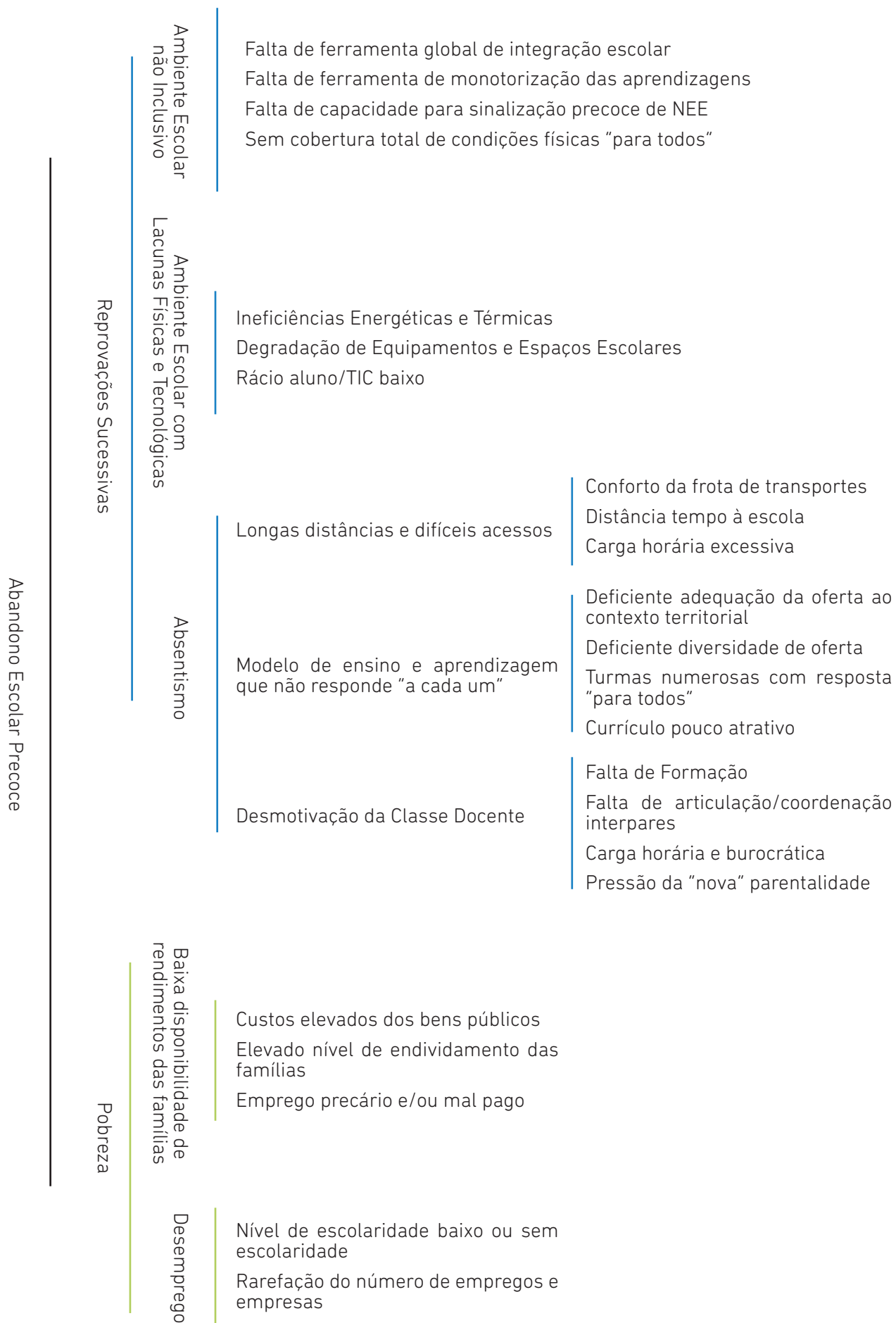


Figura 1. Mind Map das causas do Abandono Escolar Precoce (definidas participadamente por Odemira)

Como é fácil de entender a formulação deste problema social complexo obriga a que se olhe para ele, não de uma forma redutora, mas na enorme complexidade que o rodeia e na necessidade, absolutamente gigantesca, de conjugar meios e parceiros na estruturação de uma resposta que vai além do Odemira Território Educativo, aliás, o próprio exercício de formular o problema obriga a uma grande abertura de possibilidades na simples descoberta dos fatores que lhe estão diretamente ligados. Mais será assim nos fatores indiretos e as respostas múltiplas a dar.

1.5. MODELO DE GOVERNAÇÃO

Um instrumento estratégico como é “Odemira Território Educativo” precisa da definição de um modelo de governação e precisa de o descobrir/construir, tendo por base três questões/factos fundamentais:

Hoje os territórios já não se compadecem de uma gestão por “silos” onde subsistem fronteiras muito marcadas e onde subsistem princípios de autoridade marcada/verticalizada, divisão rígida de tarefas e uma valorização excessiva do cumprimento de tarefas/obrigações em detrimento dos resultados. Hoje, emerge numa crescente “sociedade em rede” um novo modelo de “governação em rede”, que gera um enorme potencial de inovação, cooperação, flexibilidade, rapidez e descentralização de poderes;

Atualmente entendemos (estamos de acordo) que alguns dos problemas a tratar assumem estruturas (origens, razões, respostas, etc...) de tal forma complexas que extravasam claramente fronteiras burocráticas, administrativas, territoriais e hierárquicas. Esses problemas necessitam de uma resposta, em termos de modelo de governação, que vai muito além dos modelos tradicionais em jogo;

As parcerias territoriais, que procuram responder a problemas sociais complexos, precisam dar um salto organizacional, de compromisso e de relação de confiança, que obriga a um novo modelo de colaboração/cooperação entre pares e de uma liderança facilitadora e animadora, em detrimento de modelos de liderança assentes em posturas verticalizadas (dominadoras), distribuidoras de responsabilidades e de “cariz inspetivo”. É nesse sentido que hoje, no âmbito do Odemira Território Educativo, é preciso reinventar um modelo de governação mais colaborativo e mais integrado, capaz de responder de forma eficiente e eficaz ao nosso problema social (central) complexo.

Neste sentido, fomos beber/procurar inspiração para o nosso modelo de governação ao conceito de “Governação Integrada”, na certeza de que ele é definido como *“...uma estratégia política que procura coordenar o desenvolvimento e a implementação de políticas transversalmente a departamentos e agências, especialmente para abordar problemas sociais complexos como exclusão e pobreza, de uma forma integrada (...) É uma estratégia que procura juntar não só os departamentos governamentais, mas também um conjunto de instituições privadas e de voluntários, trabalhando transversalmente, tendo em vista um objetivo comum.”*

A adequabilidade dessa fonte de inspiração para a construção do nosso modelo de governação resume-se à sua palavra chave – confiança – ao seu modelo central – repartição de poder e de protagonismo – e a uma das particularidades da governação integrada que vale a pena deixar como nota final neste ponto: *“A governação integrada justifica-se também pela necessidade de um melhor serviço aos cidadãos, pela*



Figura 2. Modelo de Governação Integrada

valorização do trabalho conjunto, pela vontade de aprender com outros e por fazer o que está certo."

O desenho do modelo de governação propõe a constituição de equipa técnica local de suporte a todos os órgãos podendo essa equipa ter uma estrutura fixa (técnicos municipais) mas, circunstancialmente, variada (com técnicos de entidades e/ou unidades internas, parcerias na concretização de projetos, ações e tarefas específicas).

Como estrutura central de toda a orgânica do Odemira Território Educativo, propõe-se o conselho municipal de educação, que funcionará como órgão alargado e com forte componente deliberativa e de tomada de posição sobre as questões centrais da Educação em Odemira. Terá como composição os elementos previstos no Decreto Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, com as alterações produzidas pelas Leis n.ºs 41/2003, de 22 de agosto e 6/2012, de 10 de fevereiro, bem como as produzidas pelo Decreto-Lei n.º 72/2015, de 11 de maio.

Acréscce ainda que se pretende que este órgão, depois de um trabalho inicial, possa vir a conter ainda os representantes dos espaços com potencial educador e das associações empresariais do concelho de Odemira.

As suas competências principais, para além das previstas no Decreto Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro e das introduzidas pelo Decreto Lei n.º 72/2015, de 11 de maio, serão:

- Aprovação de proposta de orçamento anual/plurianual da educação a remeter para análise e aprovação da Câmara Municipal;

- Aprovação do Odemira Território Educativo (enquanto plano estratégico educativo municipal) e das suas eventuais revisões;

- Aprovação do Plano Anual de Atividades do Odemira Território Educativo (PAA_OdeTE);

Aprovação de proposta plurianual de oferta educativa e formativa a remeter à DGEstE_Alentejo;

Aprovação de projetos piloto de modelos ensino/aprendizagem e de outros projetos de investigação/ação a desenvolver no concelho;

Definição de proposta de normas e de critérios para o estabelecimento das ofertas educativas e formativas, e respetiva distribuição, e para os protocolos a estabelecer na formação em contexto de trabalho;

Definição de proposta de componentes curriculares de base local a remeter à consideração das escolas e agrupamentos de escolas;

Aprovação de proposta de Rede Educativa (turmas, escolas e espaços com potencial educador).

Reúne com a periodicidade prevista no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro.

Como estrutura consultiva de reflexão, de avaliação de impactos com forte pendor técnico/teórico e de prospecção inovadora propõe-se a criação do conselho consultivo local que emane do conselho municipal de educação, permitida pelo Decreto Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, mais concretamente pelo n.º 2 do artigo 7º. A sua composição passaria pela integração de representantes de: Câmara Municipal; Espaços Potencial Educador; Encarregados de Educação; Alunos/as; Conselhos Pedagógicos das Escolas; Empresas; Centro de Formação de Professores; e Instituições de Ensino Superior.

As suas competências principais passam pela emissão de pareceres, sob proposta do conselho municipal de educação, sobre componentes como:

As ofertas educativas e formativas bem como das relações com as empresas locais;

Modelos de avaliação dos alunos;

Planos de formação para docentes e não docentes;

Componente pedagógica local;

Rede de Espaços com Potencial Educador;

Linhas de investigação/ação;

Método de constituição de turmas.

Reúne sob solicitação do conselho municipal de educação ou, caso não tenha ocorrido essa solicitação, uma vez por ano, em conjunto com o conselho municipal de educação, para avaliação final do ano letivo.

Finalmente, como estrutura de natureza diretiva e executiva, propõe-se a criação do conselho diretivo local nos termos da designada “comissão permanente” prevista no n.º 3 do artigo 7.º do Decreto Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro alterado pelo Decreto Lei n.º 72/2015, de 11 de maio. O conselho diretivo local é, nesses termos, composto pelo vereador(a) do pelouro da educação, pelos diretores das escolas e agrupamentos de escolas do concelho e, quando devidamente identificados, por representantes dos espaços

com potencial educador. As suas principais competências passam por: gestão corrente do orçamento anual e do plano anual de atividades (PAA_OdeTE), bem como pela apresentação, ao conselho municipal de educação, do conjunto de propostas e relatórios a submeter à sua apreciação e deliberação. Reúne mensalmente.

Um dos riscos do modelo proposto, para além dos riscos óbvios da governação integrada, passa pela sua compatibilização com os conceitos de governação integrada, no entanto, estando nós num terreno experimental onde, neste domínio, nunca foi tentado um verdadeiro modelo de partilha de poderes e de governação colaborativa e/ou governação horizontal, importa explorar esta possibilidade/oportunidade.

1.6. OBJETIVOS E RESPOSTAS

Neste ponto importa, face à visão e à necessidade de resposta ao problema social complexo com base num modelo de governação integrado, sistematizar o conjunto de objetivos e metas que se pretendem atingir. O quadro seguinte permite identificar os indicadores que vamos monitorizar, o seu valor atual, o comparativo com o contexto nacional, bem como a meta que nos propomos atingir.

Indicador	Odemira	Portugal	Metas
Taxa de Analfabetismo	15,66%	5,22%	7,00%
Taxa de População entre os 30 e 34 anos com Ensino Superior	16,16%	28,62%	20,00%
Taxa de Abandono Escolar precoce	31,90%	17,00%	10,00%

Quadro 1. Quadro de indicadores e metas

É urgente aumentarmos a escolaridade média da população do concelho (também através dos movimentos migratórios) na medida em que, as características da nossa população constituem uma forte exposição aos fatores críticos da conjuntura atual (por ex. 24,4% das/os desempregadas/os do concelho têm escolaridade inferior ao 4º ano¹). Nos últimos anos assistiu-se a uma trajetória de recuperação neste indicador mas também em domínios como a população com Ensino Superior (7%; média nacional é 15,1%) ou da “população jovem” (30-34 anos) com Ensino Superior (13,1%; média nacional é 28,6%). Ainda assim, os indicadores apontam e confirmam “atrasos significativos” na Educação e a forte necessidade das/os jovens serem estimulados e apoiados no prosseguimentos dos seus estudos.

¹ Fonte: IEFP

Procuramos construir um Mind Map no sentido da prevenção ao abandono escolar precoce a que chamamos promoção do sucesso escolar numa tentativa de encontrarmos as respostas que nos levem à construção dos grandes objetivos do Odemira Território Educativo.

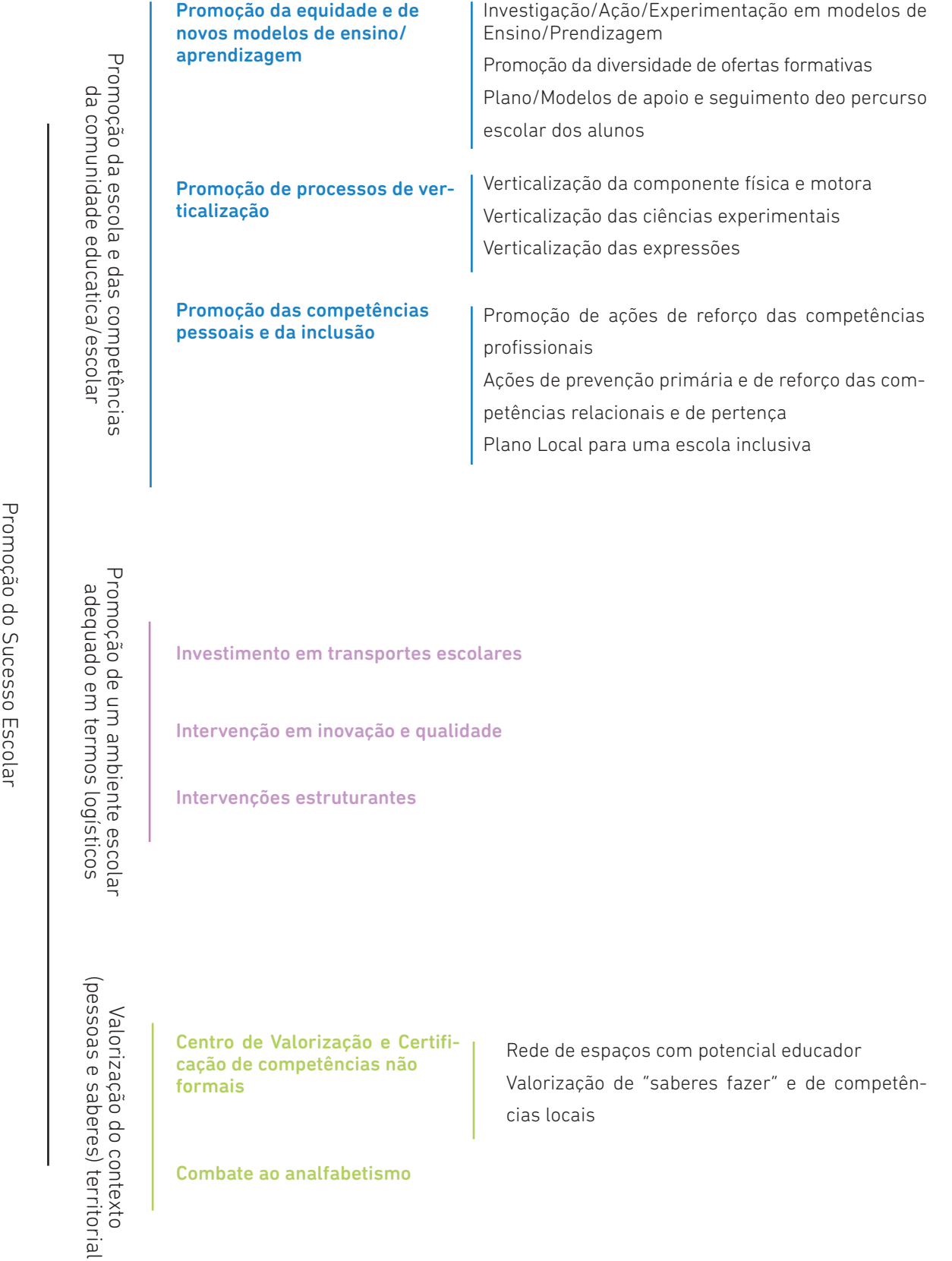


Figura 3. Mind Map Promoção do Sucesso Escolar (Odemira)

Chegados a este ponto, e decorrente do mesmo processo de “compilação” da experiência acumulada, de reflexão e debate públicos, bem como de um olhar sistémico para o que decorre das políticas centrais, propõem-se três grandes objetivos gerais que, por serem bastante abrangentes e complexos, devem ser desdobrados em áreas de intervenção específicas e em projetos que venham a resultar em desdobramentos anuais, considerados nos planos de atividades e no orçamento do Odemira Território Educativo. A saber:

Objetivo 1.

Ao nível da educação formal e da melhoria dos seus indicadores escolares, contribuir para a verticalização das dimensões consideradas estruturantes, para a valorização do pessoal docente e não docente, bem como para a promoção das competências pessoais de toda a comunidade escolar e educativa.

Objetivo 2.

Ao nível da educação não formal e informal, contribuir para a valorização das competências locais, em domínios chave para o desenvolvimento do território e das pessoas, para o aumento do capital de conhecimento do/sobre o território e para um alargamento de espaços e de entidades consideradas como parte da comunidade educativa do concelho;

Objetivo 3.

Ao nível de toda a base de componente física e logística, garantir a qualidade dos espaços escolares nas dimensões estruturais (climatização, segurança, etc...), equipamentos (tecnológicos, mobiliário, etc...) e de recursos didáticos (livros, programas, jogos, etc...), bem como garantir o “acesso” de todas(os) as(os) alunas(os) em condições de equidade.

Para finalizar este ponto importa apenas considerar uma imagem que coloque em confronto os dois Mind Map's no sentido de identificar o dialogo que pode ser encontrado entre as componente de problema e de proposta de resposta.

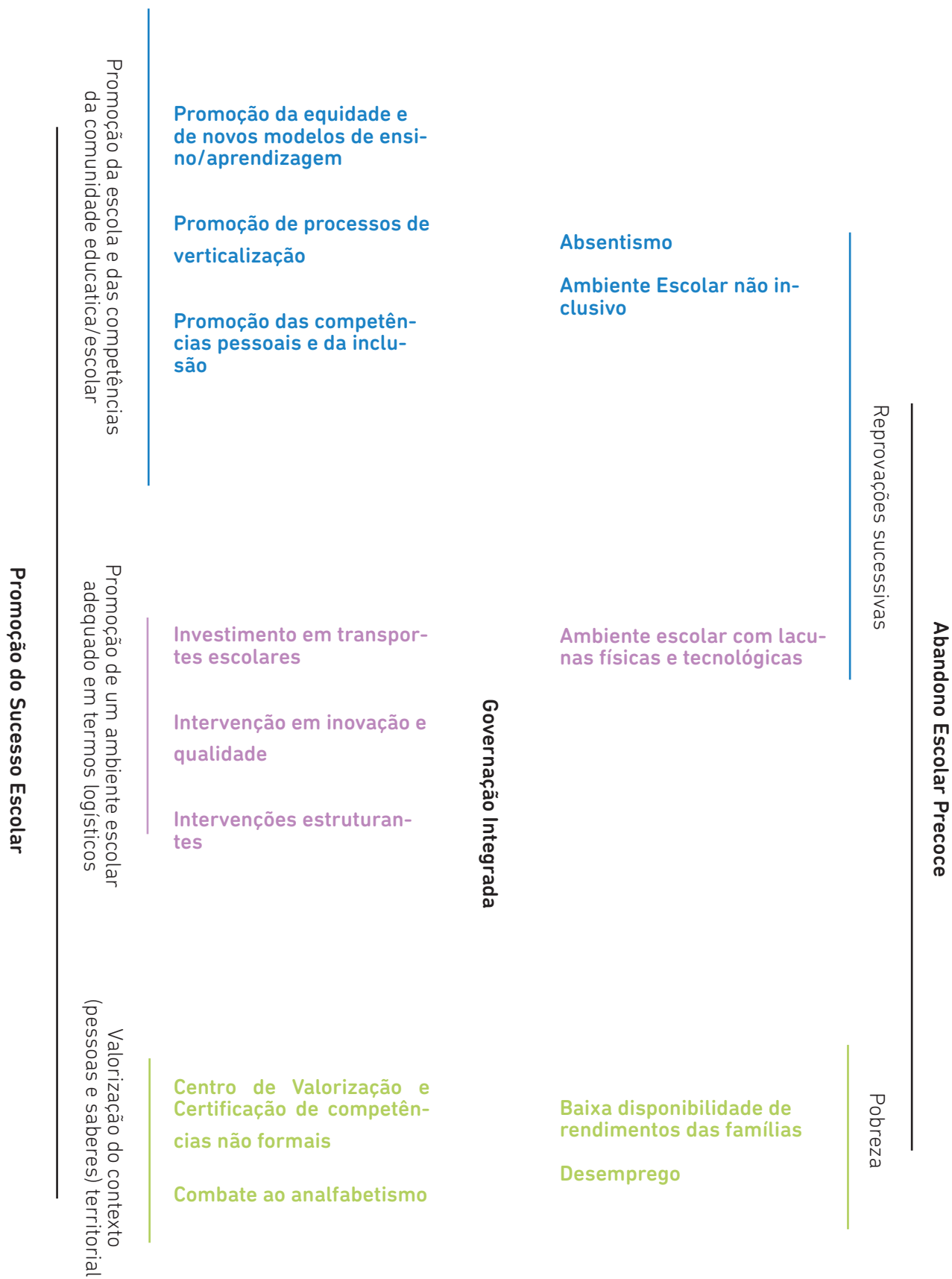


Figura 4. Mind Map Governação Integrada (Odemira)

2. PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOCOMUNITÁRIO DE EDUCAÇÃO

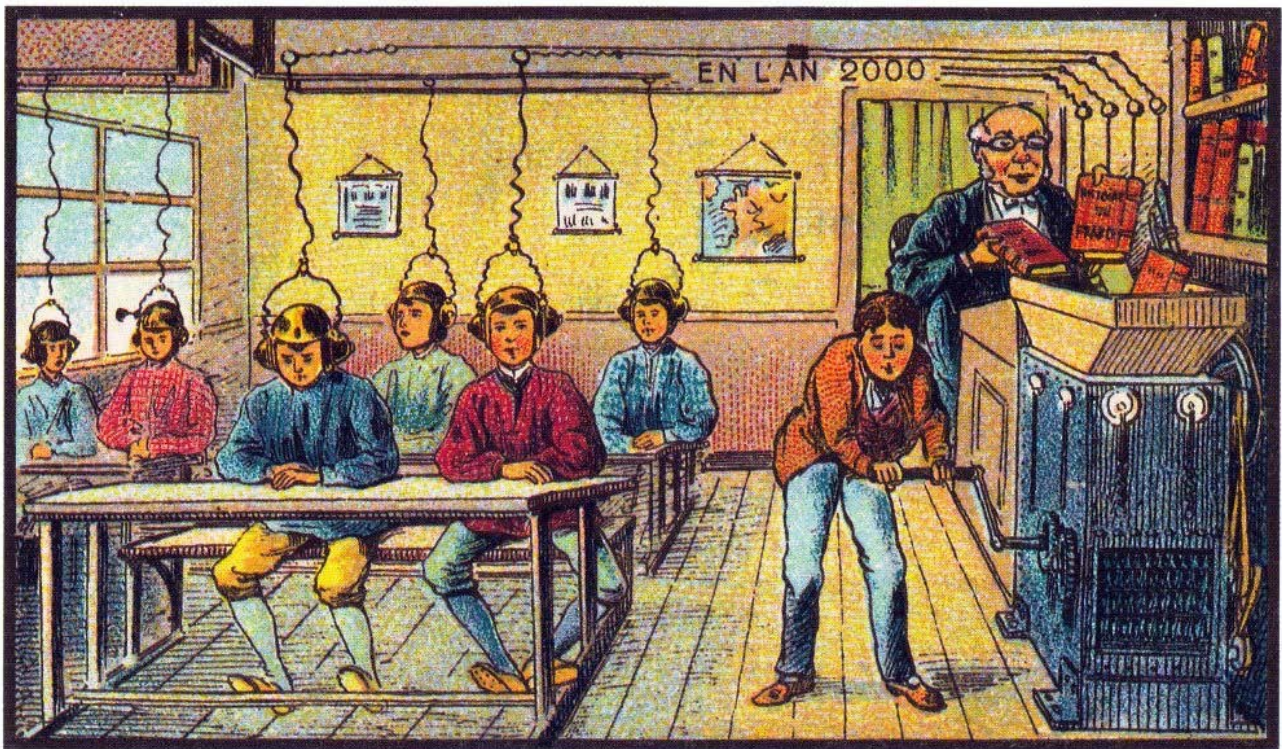


Figura 5. "Escola do ano 2000", Jean Marc Coté e Vilemard (1899)

2.1. PRINCÍPIOS

O processo começou com o capítulo 4 da carta educativa, aprovada em 2006, seguindo-se-lhe um projeto educativo municipal (PEM), que, mais tarde, deu origem a um projeto educativo local (PEL), agora transformado no Projeto de Desenvolvimento Sociocomunitário de Educação. Nomes já assumiu muitos, o propósito, esse, é sempre o mesmo, ou seja, definir/construir com todas(os) as/os agentes do território um caminho conjunto para uma educação em Odemira. Uma educação que se pretende aberta, que inclua todas e todos e que seja muito mais do que o limite das suas fronteiras físicas. Uma educação que seja território! Odemira Território Educativo!

Sobre isso importa, nesta fase, ler (ouvir) algumas pessoas que nos podem ajudar a “ler o mundo à nossa volta”, sobre esta questão da escola/educação.

No artigo que publicou na revista 2 (Jornal Publico de 20 de abril de 2014), Daniel Sampaio resume de forma muito simples mas muito focada aquilo que, por estes dias, define uma boa Escola e uma boa Educação: Conseguir “contornar” a “armadilha” de focar todo o trabalho e toda a atenção nas provas e nos exames nacionais; Focar o processo de ensino-aprendizagem numa perspetiva de promoção do desenvolvimento global (integral) da criança / jovem; Uma particular atenção ao bem-estar emocional das crianças / jovens; A existência de “lugar” para as atividades artísticas; A existência de “espaço” para o recreio, o lazer, o jogo (tão importante no processo de desenvolvimento); A formação (e a relação) que professor e corpo técnico estabelecem entre si e com as/os alunas/os; As relações de confiança (e segurança), os laços (e vínculos) o resistir à tentação da competição dando espaço à co-construção, partilha e cooperação.

No seu livro “A escola pública pode fazer a diferença” (Junho de 2010), Maria de Lurdes Rodrigues refere, a propósito dos rankings emanados dos exames nacionais, que “...mesmo os defensores dos rankings sabem e reconhecem que este é um instrumento grosseiro, insuficiente e simplista para avaliar escolas, mas insistem em fazê-lo invocando a importância de divulgar essa informação junto das famílias e defendendo que, sendo um elemento de competição entre escolas, ajuda a melhorar as suas práticas.”

No mesmo livro, Maria de Lurdes Rodrigues defende que esta prática de promoção da competição entre escolas é negativa na medida em que “...melhora não a qualidade do trabalho pedagógico mas os mecanismos de seleção e de recrutamento dos alunos. As escolas “boas” ficarão facilmente melhores, porque recrutam melhores alunos, e as escolas “menos boas” enfrentarão tendencialmente mais dificuldades.”

No seu livro “The global achievement gap” (edição de 2009), Tony Wagner defende que a escola deve desenvolver sete “competências de sobrevivência” necessárias para que as crianças possam enfrentar os desafios futuros: pensamento crítico e capacidade de resolução de problemas, colaboração, agilidade e adaptabilidade, iniciativa e empreendedorismo, boa comunicação oral e escrita, capacidade de aceder à informação e analisá-la e, por fim, curiosidade e imaginação.

Numa entrevista ao Jornal Expresso (2 de Abril de 2011), Andreas Schleicher (coordenador do Programme for International Student Assessment, da OCDE) responde a qual o segredo do sucesso de países como a Finlândia e Coreia (nos resultados escolares), da seguinte forma: “São sociedades muito meritocráticas, onde cada estudante, professor, diretor e pai sabe que o sucesso na escola é importante para a vida... um pai não tem que se preocupar onde coloca os filhos porque todas as escolas têm bons resultados. Outra característica tem que ver com o objetivo de atrair os melhores para a profissão e garantir que há uma prestação de contas. Portugal tem este problema: um professor pode estar a fazer um excelente trabalho ou um péssimo e ninguém sabe porque a sala de aula está fechada.”

Numa das conferências promovidas no âmbito do processo de construção deste documento (18 de Março de 2015), David Justino conclui que uma comunidade precisa, no seu processo de desenvolvimento, de contar com um dos seus pilares fundamentais, a escola. É por isso que defende que a escola, mais do que responder só para “cima” deve, fundamentalmente, responder ao seu contexto e ser um parceiro ativo na construção de respostas para problemas locais.

Numa conferência diferente mas com o mesmo propósito de construção deste documento (11 de Março de 2015), Joaquim Azevedo advoga que a escola deve ser um espaço atraente de frequência desejada e não obrigatória e que a escola não deve fantasiar sobre um contexto/aluno que não tem e trabalhar o contexto/aluno que existe. Relativamente a esta escola Joaquim Azevedo entende que o papel do professor é absolutamente central, tem que ser valorizado, e que só os melhores profissionais devem aceder a leccionar. Na perspetiva da relação da escola com o seu contexto, defende que tudo o que a escola puder fazer deve ser feito pela escola, mas entende que deve existir um modelo de autonomia das escolas num quadro de uma regulação sociocomunitária da educação que parta da definição dos papéis dos diferentes atores a nível local e a definição de compromissos sérios entre todos.

Noutra conferência em Montemor-o-Novo (28 de Março de 2015), Joaquim Azevedo reforça a ideia que a atual instituição “escola” não mudou nos últimos séculos e que não serve o futuro pelo que tem que mudar. Advoga a construção de um modelo mais flexível onde a base (para além de disciplinas nucleares) possam ser projetos verticais construídos com os alunos e professores de forma a que possam ser para 200, para 50 ou para 1 aluno/a. Devem funcionar sem horários pré estabelecidos mas devem ser espaços de profunda aprendizagem. Este modelo exige um novo conceito de professor e por isso deve ser aprofundada e renovada a formação de professores.

Finalmente, importa referir os últimos artigos sobre a “revolução” Finlandesa na Educação (último no dia 6 de Abril no Jornal o Público, on line). Resumidamente, trata-se de um processo de coabitação entre as disciplinas nucleares/tradicionais com a existência de um ou mais tópicos transversais que sejam capazes de albergar o conjunto de conteúdos pedagógicos considerados pertinentes num processo negocial entre alunos e professores que vai desde a definição do conteúdo até aos modelos de avaliação. “Esta aprendizagem vai permitir, por exemplo, que a propósito do aquecimento global sejam mobilizados em simultâneo vários conhecimentos (matemática, física, história, etc.), mas com aplicações práticas. Com esse fim, “todas as escolas terão de criar pelo menos um módulo por ano letivo, com uma duração de uma a quatro semanas, centrado no estudo de tópicos que sejam de especial interesse para os estudantes.”

É porque pensamos que uma ideia de “escola” como aquela que os textos preconizam não é possível encerrada em si e sem fortes ligações à comunidade envolvente, à comunidade educativa e às componentes da educação não-formal que podemos afirmar que, sem esse propósito, todos eles acabam por escrever/falar acerca de uma “escola” (que é mais que o edifício escolar) que procuramos com o Projeto de Desenvolvimento Sociocomunitário da Educação.

Mas então, o que é que todos pedimos à “escola” que seja? Julgamos que podemos pedir que seja um parceiro no processo de desenvolvimento de um território e que seja capaz de construir compromissos em conjunto com todos, numa rede de pares.

Mas, para esta nova escola o que é preciso? Julgamos que a escola tem que ser um espaço de autonomia e, simultaneamente, de abertura/inação; Que a escola seja um espaço com liderança, mas capaz de liderar de forma integrada e numa lógica de corresponsabilidade. A escola precisa de pertencer, ao seu contexto, a todos, a uma rede; A escola precisa de encontrar os modelos/parceiros para valorizar os seus próprios recursos; E é fundamental valorizar o papel do professor/a e educador/a.

Mas como fazer? Antes de mais partindo do trabalho conjunto (em parceria) e em rede, a partir de um novo desenho de modelo de governação. Partindo dos contextos e dos grupos constituídos e da concretização dos documentos estratégicos (agregadores da visão conjunta) pela concretização das atividades e procedimentos que nos levarão às metas que definimos. Pelo meio, sempre, a avaliação e a monitorização que também acontecem nas redes em que o projeto se insere, quer do ponto de vista científico, quer do ponto de vista estrutural (nomeadamente a Rede de Cidades Educadoras). Depois, a equipa interna que procura através das palavras-chave (consolidar, inovar, comunicar, disseminar) avançar num modelo de trabalho assente nas metodologias de investigação-ação e de ação-reflexão-avaliação (Schon, 1990). Fazer como se de um caminho se tratasse, um caminho com muitas/várias etapas.

O Odemira Território Educativo, na sua componente de Projeto de Desenvolvimento Sociocomunitário da Educação, divide-se em duas componentes gémeas (Escola e Além da Escola) que procuram responder aos objetivos gerais 1 e 2 e que servem de chapéu ao conjunto de projetos centrais que, por sua vez, darão origem a planos de atividade e orçamento a construir para o período 2015-2020. (Anexo 5)

2.2. ESCOLA

Neste “capítulo” considera-se como fundamental contribuir para o objetivo geral 1. Ao nível da educação formal e da melhoria dos indicadores escolares, contribuir para a verticalização das dimensões consideradas estruturantes, para a valorização do pessoal docente e não docente bem como para a promoção das competências pessoais de toda a comunidade escolar e educativa.

Antes de definir os projetos e as metas para a “escola” importou construir o perfil do aluno/a, numa perspetiva de entendimento sobre o que é/deve ser o sucesso escolar/educativo, e o que queremos para o final da escolaridade em Odemira.

Definir um perfil não é concretizar um produto acabado. É apenas pronunciarmo-nos sobre que competências queremos que os nossos/as alunos/as tenham, o que implica a assunção de compromissos para nos responsabilizarmos, todos, por tentar transmitir-lhes este desígnio/definição.

Depois de um primeiro exercício de definição do perfil do aluno/a em sede de Projeto educativo Local foi feito, por inquérito, ao longo do processo público de construção deste documento, um “referendo” ao conceito que as pessoas têm de sucesso escolar/educativo. O resultado desse processo é: Alunos/as com forte pensamento divergente e com capacidade de autonomia e, complementarmente, com forte domínio de conhecimentos curriculares e com resultados escolares de excelência, bem como uma forte empregabilidade, no futuro.

Definido o sucesso escolar/educativo importa, agora, sistematizar os projetos e ações a desenvolver nos processos de construção de planos de ação e orçamentos anuais. (Anexo 5)

Projeto de “construção” de modelos de ensino/aprendizagem, compatibilização da oferta formativa e da promoção da equidade no acesso dos alunos à qualificação escolar básica e superior.

Com este projeto, pretendemos olhar para as diferentes comunidades do concelho de Odemira, nos diferentes territórios educativos, e mobilizar todos, com a ajuda de parceiros externos, para a construção e implementação de propostas de modelos ensino aprendizagem, para pequenos exemplos/experiências, adequados e legalmente enquadrados e que deem respostas a novos desígnios e a novas necessidades da educação formal;

Neste projeto temos que ser capazes de construir, com âmbito plurianual, propostas de oferta formativa que apontem às profissões do futuro (...no e fora do território) e que sejam capazes de gerar compromissos entre todos os atores, não só para a sua compatibilização, mas para que os resultados e os percursos formativos sejam de sucesso;

Neste projeto temos também que compilar e promover modelos de apoio para que nenhum/a aluno/a do nosso concelho deixe de prosseguir os estudos nos quais ele e a família investiram mas que, por circunstâncias conjunturais e/ou contextos estruturais, estão impedidos de concretizar;

Projeto de incremento da verticalização das dimensões estruturantes (ciências experimentais, atividades físico-desportivas e atividades artístico-pedagógicas) como forma de incrementar trabalho conjunto entre pares e como forma de aumentar os índices de atratividade da escola.

Neste projeto precisamos estruturar a atividade física e desportiva em torno de modalidades estratégicas locais (Canoagem, Andebol, BTT/Orientação), de forma verticalizada em articulação com os clubes locais, numa perspectiva de atratividade da escola e de promoção de hábitos saudáveis de vida.

Ainda compete estruturar, de forma verticalizada, um projeto de atividades artístico-pedagógicas que, para além de contribuir para processos de inclusão, para a atratividade da escola e para melhores resultados escolares, consiga valorizar a componente de património cultural imaterial local, que seja impulsionador do espírito divergente e que contribua para trazer e/ou construir momentos culturais a partir dos conteúdos pedagógicos.

As ciências experimentais, por contribuírem para o incremento do espírito crítico, estruturadas de forma verticalizada, devem assumir um papel central na equidade do acesso dos alunos a oportunidades idênticas.

Devem ser estruturadas componentes como as visitas de estudo a participação coletiva e/ou individual em eventos de âmbito regional e nacional, bem como a organização de eventos, concursos e oficinas nas áreas do ambiente, energias e ciências, de um modo geral.

Projeto de promoção integrada e transversal de competências pessoais (professores/as, alunos/as, assistentes operacionais, dirigentes) e da educação especial;

Neste projeto temos que conseguir construir e implementar ações estruturadas, no âmbito do pré-escolar e primeiro ciclo, de desenvolvimento de competências pessoais. Esta abordagem pela prevenção primária, mais condizente com a estrutura da competências do Município, representa um ganho estrutural de futuro bastante elevado, por oposição a medidas remediativas;

Implementaremos um plano plurianual e anual de formação para a comunidade educativa, professores e auxiliares, em primeira linha, em parceria com os centros de formação, bem como um plano plurianual e anual de eventos, como oficinas, conferências e jornadas cujo público-alvo é toda a comunidade educativa.

Finalmente é, aqui, que deve ter lugar, a definição, em parceria alargada, de ações e planos para uma escola inclusiva.

2.3. ALÉM DA ESCOLA

Neste “capítulo” considera-se como fundamental contribuir para o objetivo geral 2. Ao nível da educação não formal e informal, contribuir para a valorização das competências locais em domínios chave para o desenvolvimento do território e das pessoas, para o aumento do capital de conhecimento do/sobre o território e para um alargamento de espaços e de entidades consideradas como pertencendo à comunidade educativa do concelho.

Antes de entrar pelos projetos que pretendem cumprir este objetivo importa definir o que se entende, neste âmbito, por educação não formal e informal. A educação não formal ocorre fora da esfera escolar, em espaços educadores e/ou com potencial educador, e é organizada/estruturada, ou seja, tem intencionalidade educadora.

Podem servir de exemplo as atividades educativas organizadas por museus, bibliotecas, clubes, etc. Estas aprendizagens ocorrem assim em ambientes informais, maioritariamente com públicos heterogéneos (ao contrário da formal) e, por norma, são frequentadas de acordo com o desejo dos/as participantes. A educação informal ocorre de forma espontânea na vida, não é organizada nem estruturada com intencionalidade, através de conversas, de vivências com familiares, amigos, colegas, etc.

O epicentro deste projeto passa pela concretização do “centro de validação e certificação de competências não formais”. Propõe-se que o centro tenha como sede da sua atividade, designadamente ao nível da formação e ao nível dos processos de validação e de certificação, o espaço da atual EB1 de Odemira (depois da sua eventual transferência para a EB2/3). Pretende-se que este seja um espaço dinamizado a partir de uma forte relação com todos os atores locais que teriam, assim, condições para trabalhar com grupos nos âmbitos das competências não-formais.

O primeiro projeto neste domínio passa pela identificação/mapeamento dos Espaços/Equipamentos com Potencial Educador e das suas práticas educativas. A perspetiva aponta à sua catalogação, disponibilização e identificação (num modelo próximo aos equipamentos desportivos). É nesses espaços que podemos construir comunidades aprendentes (heterogéneas, pluriculturais e intergeracionais) que construam verdadeiros processos de integração e de valorização dos saberes.

O segundo projeto passa pela identificação dos saberes e profissões diferenciadoras do território numa perspetiva de contarem para a componente de validação e certificação de competências não formais mas também como possibilidade de construir um acervo das profissões locais também como repositório histórico de práticas e saberes de modo a que seja possível sistematizar modos de fazer que se possam constituir como oportunidades empresarias de futuro. Além de inovador no quadro nacional, poderá ser ainda um catalisador de atividade económica para o centro da vila de Odemira. Este projeto será, também, o verdadeiro incremento da valorização das artes e ofícios tradicionais constituídos, desta forma, como oportunidade profissional para os mais jovens.

O terceiro projeto passa pelo combate ao analfabetismo. Um dos indicadores de Educação Formal mais significativos e cuja resposta (hoje) não pode estar concentrada na Escola. A dispersão territorial do concelho de Odemira (com margens significativas de população, principalmente população idosa, que vive “isolada”) e o elevado índice de envelhecimento do concelho agravam o problema da escolarização da sua população e da própria taxa de analfabetismo.

Pese embora nos últimos anos, o analfabetismo, tenha vindo progressivamente a reduzir-se (32,8% em 1991; 25,7% em 2001; 15,7% em 2015), o concelho de Odemira apresenta hoje cerca do triplo da taxa nacional 5,2% e é superior aos valores do Alentejo Litoral (11,6%), bem como às taxas de referência de concelhos vizinhos. Neste sentido será importante concretizar ações que possam cruzar a alfabetização de adultos e idosos e a promoção de competências/prevenção de situações de risco (violência doméstica, maus-tratos, ...)². Este tipo de intervenção pode resultar da articulação com entidades que, no território, já efetuam intervenção nestas áreas e/ou no âmbito de projetos já financiados/a financiar/a candidatar pelo Município de Odemira.

² A título de exemplo veja-se projeto “Envelhecimento e Violência”, em particular a sua especial incidência num conjunto de distritos (onde conta Beja) e num conjunto de territórios onde certamente constará o concelho de Odemira (Anexo 5).

3. CARTA EDUCATIVA

“Como os recursos escasseiam, sejam eles financeiros ou outros, a política exige escolhas e decisões sobre prioridades. A necessidade de escolher implica capacidade de decisão, ou de influenciar decisão, na definição das prioridades. E o momento da escolha é muito importante porque implica recuar de novo às ideias, à avaliação da importância e da urgência relativa de cada um dos problemas que a política procura resolver, a par da avaliação da oportunidade e da identificação dos aliados e dos combates a travar..., o pior que nos pode acontecer, a nós portugueses, é que, em política, ou melhor, que quem exerça funções políticas, com legitimidade democrática e com capacidade de intervenção, deixe de decidir, de escolher e de escrever o futuro... O destino de cada um não está escrito no céu, pode é ser escrito pelo próprio ou ser escrito por outros.”

Maria de Lurdes Rodrigues (/n. “A escola pública pode fazer a diferença”)

3.1. INTRODUÇÃO

De acordo com o decreto-lei n.º7/2003 de 15 de Janeiro a carta educativa deve conter (artigo 18º) “a caracterização sumária da localização e organização espacial dos edifícios e equipamentos educativos, o diagnóstico estratégico, as projeções de desenvolvimento e a proposta de intervenção relativamente à rede pública.” Deve ainda apontar as medidas a adotar, a sua calendarização, estimativa de custos, fontes de financiamento e entidades responsáveis pela execução das medidas.

Em termos de conceito, de acordo com o mesmo decreto-lei, a carta educativa (artigo 10º) “é, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer...” o que remete para a possibilidade/legitimidade e/ou obrigatoriedade de introduzirmos os equipamentos com potencial educador e de incluirmos os equipamentos da rede privada, tenham, ou não, contrato de associação para serviço público.

Em termos de objeto, ainda de acordo com o mesmo decreto-lei, a carta educativa (artigo 12º) deve identificar os edifícios, as ofertas educativas (incluindo da educação extra-escolar), os recursos humanos, deve incidir sobre a concretização da ação social escolar no município e deve prever os termos da contratualização entre os municípios e o ministério da educação.

Neste sentido, e considerando que todo este “capítulo”, para além da componente específica da carta educativa, é parte integrante do Odemira Território Educativo, pretende-se que dê resposta ao objetivo geral 3. Ao nível de toda a base de componente física e logística, garantir a qualidade dos espaços escolares nas dimensões estrutural (climatização, segurança, etc...), equipamentos (tecnológicos, mobiliário, etc...) e de recursos didáticos (livros, programas, jogos, etc...), bem como garantir o “acesso” de todas(os) as(os) alunas(os) em condições de equidade.

3.2. REDE ESCOLAR

Diagnóstico Estratégico

A rede escolar do concelho de Odemira tem sofrido nos últimos anos diversas alterações em consequência de três grandes fatores: a evolução demográfica nas localidades do concelho; a reorganização da rede escolar resultante das orientações propostas desde 1977 (SEAAE/SEOP/77 que aconselhara o encerramento de Escolas com menos de 10 alunas/os)³, aprofundadas na Lei de Bases do Sistema Educativo de 1986 onde é referida a pertinência do ajustamento da rede “às características e necessidades regionais” (art. 39º - 1, da Lei n. 46/86, de 14 de Outubro); e, a imposição, a partir de 2005, concretizadas na proposta de encerramento das Escolas de 1º ciclo com menos de 21 alunas/os, na Resolução do Conselho de Ministros 44/2010; e os investimentos na rede escolar efetuados pelo Município de Odemira.

³ Ainda sem referências na legislação, na década de 1960 encerraram cerca de 840 Escolas de 1º Ciclo (Azevedo, 1996) resultando dos processos migratórios (centros urbanos e estrangeiro), do aumento significativo de mulheres no mercado de trabalho e pela baixa das taxas de natalidade e dos índices de fecundidade (Oliveira, 2005).

Atualmente, a Rede Escolar de Odemira, é composta por quatro agrupamentos verticais de escolas (Colos, Odemira, Sabóia e São Teotónio) com os níveis de ensino desde o pré-escolar até ao terceiro ciclo, e, secundário no caso de Odemira; um agrupamento horizontal (Vila Nova de Milfontes) com os níveis de pré-escolar e primeiro ciclo; uma escola não-agrupada com contrato de associação (Colégio Nossa Sr.º da Graça, Vila Nova de Milfontes – JI, 2º/3º, Sec.); uma escola profissional (EPO-Escola Profissional de Odemira) com os níveis 2, 3 e 4 do quadro nacional de qualificações; existem ainda três respostas de JI da rede privada e quatro respostas, na mesma rede privada, de creche (nas vertentes creche e JI - Lápis de Cor em Vila Nova de Milfontes, Jardim de Infância Nossa Sra. da Piedade em Boavista dos Pinheiros e em Odemira, e, só na vertente creche - “Os Calculinhos” em São Teotónio). Existem assim um total de 4 creches, 24 JI (20 da rede pública), 19 Escolas de 1º Ciclo, 5 Escolas de 2/3 Ciclo, 2 Escolas Secundárias e 1 Escola Profissional.

Importa, desde logo, fazer uma análise à evolução do número de alunos e de escolas ao longo dos últimos anos utilizando os dados constantes na carta educativa, agora revista, e nos dados internos registados, correspondentes à da evolução do número de alunos no concelho de Odemira desde o ano 2000 até 2014.

Indicador	Pré-Escolar		1.º Ciclo		2.º e 3.º Ciclos		Secundário	
	2000	2014	2000	2014	2000	2014	2000	2014
Número de Alunos	503	612	936	849	1504	1250	898	804
Número de Escolas	25	24	50	16	5	6	3	3

Quadro 2. Quadro de evolução do número de alunos e da rede escolar entre 2000 e 2014

Evolução dos alunos em Odemira

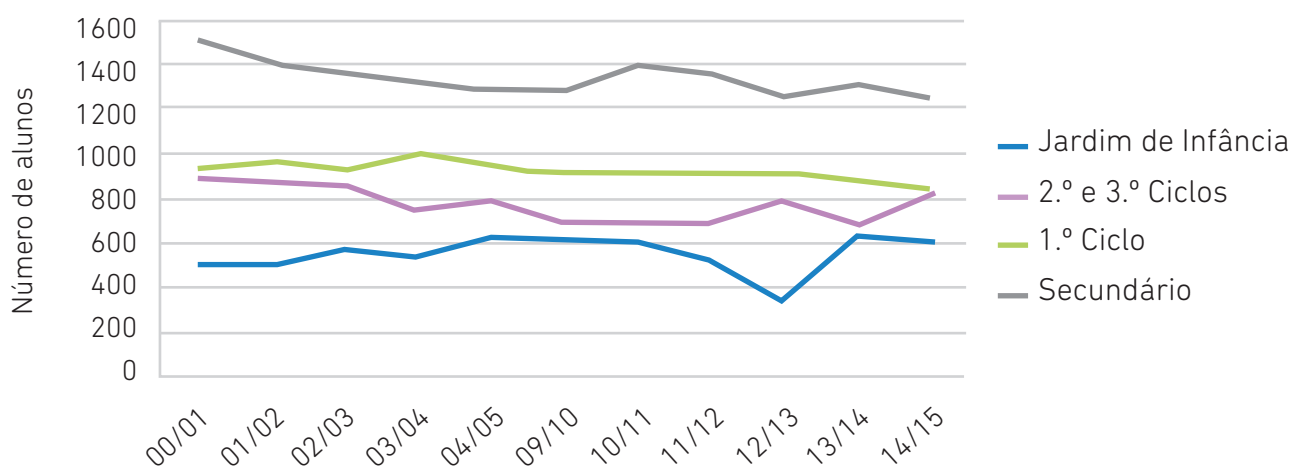


Gráfico 9. Gráfico da evolução do número de alunos entre 2000 e 2014

Numa análise simplista, e sem olhar para cada uma dos territórios educativos em particular, importa registar que houve uma perda, no total, de aproximadamente 300 alunos/as durante o período, o que significa uma perda de 8,5% dos alunos. Se fizermos um paralelismo com a perda de população num período aproximadamente idêntico chegamos à conclusão que a perda de alunos/as é mais significativa do que a perda de população o que está em linha com o índice de envelhecimento registado.

Importa ainda sublinhar, que pode significar que na base (pré-escolar e 1º ciclo) houve um aumento do número de alunos, ao contrário do registado no topo (2º, 3º ciclos e secundário). Como o crescimento está associado ao pré-escolar pode, decorrer do aumento do interesse dos pais pela educação e/ou aumento da necessidade de recurso aos serviços externos de apoio familiar na infância, face a novas necessidades laborais das famílias conjugadas com um, possível, decréscimo das possibilidades de apoio inter-familiares.

Tendo em conta o quadro evolutivo, e antes de entrarmos no diagnóstico, importa agora apresentar, de forma resumida, o cenário atual da rede como a base para o diagnóstico estratégico e para a proposta de rede escolar (cenário completo em Anexo 1).

O “Território Educativo do Centro” é constituído por três freguesias (Santa Maria/S. Salvador; Boavista dos Pinheiros e Longueira/Almograve), e desdobra-se nas seguintes escolas: Agrupamento de Escolas de Odemira; Escola Profissional de Odemira; e Jardim de Infância Nossa Senhora da Piedade

Agrupamento de Escolas de Odemira		
Freguesias	Escola	N.º Alunos
Santa Maria/Salvador	Jl de Odemira	20
	EB1 de Odemira	124
	EB 2,3 de Odemira	332
	Secundária de Odemira	365
Longueira/Almograve	Jl de Almograve	32
	EB1 de Longueira	29
Boavista dos Pinheiros	Jl de Boavista dos Pinheiros	15
	EB1 de Boavista dos Pinheiros	69

Escola Profissional de Odemira		
Freguesias	Escola	N.º Alunos
Santa Maria/Salvador	EPO	308

Jardim de Infância Nossa Senhora da Piedade		
Freguesias	Escola	N.º Alunos
Santa Maria/Salvador	Creche Nossa Senhora da Piedade	60
	Jl Nossa Senhora da Piedade	75
Boavista dos Pinheiros	Jl Maria Luísa	56
	Creche Beatriz Gamboa	75

O “Território Educativo do Interior Sul” é constituído por três freguesias (Sabóia, Luzianes Gare e Santa Clara-a-Velha) e desdobra-se no conjunto de escolas que compõem o Agrupamento de Escolas de Sabóia.

Agrupamento de Escolas de Sabóia		
Freguesias	Escola	N.º Alunos
Sabóia	Jl de Sabóia	10
	EB1 de Sabóia	19
	EB 2,3 de Sabóia	79
Santa Clara-a-Velha	Jl de Santa Clara-a-Velha	6
	EB1 de Santa Clara-a-Velha	14
	Jl de Pereiras Gare	2
Luzianes Gare	Jl de Luzianes Gare	8
	EB1 de Luzianes Gare	18

O “Território Educativo do Interior Norte” é constituído por quatro freguesias (Colos, Vale Santiago, Relíquias e S. Martinho das Amoreiras) e desdobra-se no conjunto de escolas que compõem o Agrupamento de Escolas de Colos.

Agrupamento de Escolas de Colos		
Freguesias	Escola	N.º Alunos
Colos	Jl de Colos	19
	EB1 de Colos	33
	EB 2,3 de Colos	143
Relíquias	Jl de Relíquias	13
	EB1 de Relíquias	17

S. Martinho das Amoreiras	Jl de S. Martinho das Amoreiras	7
	EB1 de S. Martinho das Amoreiras	21
	Jl de Amoreiras Gare	5
Vale Santiago	Jl de Vale Santiago	4
	EB1 de Bicos	14
	Jl de Bicos	5

O “Território Educativo do Litoral Norte” é constituído por duas freguesias (Vila Nova de Milfontes e S. Luís) e desdobra-se no Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Milfontes, no Colégio Nossa Senhora da Graça e no Colégio Lápis de Cor.

Agrupamento de Escolas de Milfontes		
Freguesias	Escola	N.º Alunos
Vila Nova de Milfontes	Jl Vila Nova de Milfontes	102
	EB1 de Vila Nova de Milfontes	190
	EB1 das Brunheiras	58
S. Luís	Jl Castelão	15
	Jl de S. Luís	26
	EB1 de S. Luís	52

Colégio Nossa Senhora da Graça		
Freguesias	Escola	N.º Alunos
Vila Nova de Milfontes	Jl Colégio N. S. Da Graça	50
	EB 2,3 Colégio N. S. Da Graça	370
	Secundária Colégio N. S. Da Graça	156

Colégio Lápis de Cor		
Freguesias	Escola	N.º Alunos
Vila Nova de Milfontes	Creche Lápis de Cor	55
	Jl Lápis de Cor	25

O “Território Educativo do Litoral Sul” é constituído por uma freguesia (São Teotónio) e desdobra-se no Agrupamento de Escolas de São Teotónio e pela Sociedade Recreativa São Teotoniense com os “Os Calculinhos”.

Agrupamento de Escolas de São Teotónio		
Freguesias	Escola	N.º Alunos
São Teotónio	JI de São Teotónio	63
	JI de Brejão	6
	JI de Cavaleiro	12
	JI de Zambujeira do Mar	21
	EB1 de São Teotónio	142
	EB1 Brejão	19
	EB1 de Zambujeira do Mar	45
	EB 2,3 de São Teotónio	270

"Os Calculinhos"		
Freguesias	Escola	N.º Alunos
São Teotónio	Creche "Os Calculinhos"	61

Revista a evolução do número de alunos/as nos últimos anos e apresentada a rede atual importa especificar que, do ponto de vista das ofertas formativas, deve ser considerado que, circunstancialmente, por força das políticas educativas atuais, para além das ofertas de ensino regular nas várias escolas do concelho, o Agrupamento de Escolas de Colos oferece ensino vocacional básico e secundário, o Agrupamento de Escolas de Odemira oferece ensino profissional de secundário e o Colégio Nossa Senhora da Graça oferece ensino vocacional e profissional de secundário. A Escola Profissional de Odemira oferece ensino vocacional básico e secundário e ensino profissional de nível IV (não dispondo de ensino regular).

Considerando o tempo em que vigorará este documento (2015 a 2020) entendeu-se, com base na evolução do número de alunos e com base no quadro atual (os alunos que durante este tempo irão frequentar o ensino de segundo, terceiro ciclos e secundário já estão na escola), construir/criar um quadro diagnóstico estratégico para a rede de ensino pré-escolar e de primeiro ciclo.

O diagnóstico estratégico, parte da construção de uma fórmula própria (dinâmica e atualizável) de cálculo de previsibilidade no que toca à população escolar dos JI e EB1 do concelho baseada na natalidade por área de residência (nados vivos) e no histórico da evolução do número de alunos/os. Esta fórmula contabilizou a existência de ofertas privadas que distorcem a relação direta local de nascimento – JI de acolhimento e sucessiva entrega na previsível EB1. Naturalmente, que estas dinâmicas têm também que ver com os movimentos pendulares do local de residência para o local de trabalho, fundamentalmente, da mãe. A necessidade de construir uma fórmula atualizável decorre das variações provocadas pelas populações imigrantes que, em grande medida distorcem, em determinados locais, as expectativas médias de nascimentos e de entradas no JI (Anexo 2).

Foi feita uma análise de tendências a partir dos nascimentos anuais por freguesia (período 1998-2014) e por comparação com a média de freguesia, permite-nos concluir que as freguesias de Colos, Relíquias, Sabóia, Santa Clara-a-Velha, Santa Maria, São Salvador e Vale de Santiago apresentam, desde 2006, valores, em praticamente todos os anos, inferiores à média do período da própria freguesia, o que permite estabelecer um padrão de descida considerável.

No extremo oposto devem considerar-se as freguesias de São Luís, São Teotónio, Vila Nova de Milfontes, Boavista dos Pinheiros e Longueira/Almograve que apresentam valores, desde 2006, em praticamente todos os anos, superiores à média do período da própria freguesia, estabelecendo-se um padrão de subida sustentada.

Na análise destes indicadores, além do ponto de vista territorial e da relação interior – litoral do concelho, deveremos ter em consideração dois aspetos particulares. Desde logo, o facto de, por referência a 2009 (ano de início da crise económica que assolou Portugal e a Europa) e até 2012, o concelho de Odemira ter índices de natalidade (2009-2010 - +9,3%; 2009-2011 - +17,6%; 2009-2012 - -4,4%) superiores àqueles que se verificam no Alentejo Litoral (2009-2010 - +4,4%; 2009-2011 - +5,6%; 2009-2012 - -2,4%) e, essencialmente, no país (2009-2010 - +1,9%; 2009-2011 - -2,7%; 2009-2012 - -9,7%). Depois, o facto do concelho ter uma elevada (e crescente se exceptuarmos o ano de 2012) percentagem de população estrangeira com estatuto legal de residente⁴ (2008 - 7,59%; 2009 - 9,3; 2010 - 10,8%; 2011 - 12,11%; 2012 - 11,3%) e de parte significativa dos nascimentos provirem desta franja da população (15,2% em 2012; face aos 12,7% no caso do Alentejo Litoral e 10,8% de Portugal).

Freguesia	2017	2016	2015	Média
Boavista dos Pinheiros	17	17	17	17,00
Colos	5	5	6	5,29
Longueira/Almograve	11	12	11	11,29
Luzianes Gare	1	2	1	1,40
Relíquias	4	5	4	4,43
Saboia	3	4	4	3,86
Santa Maria/S. Salvador	22	20	21	20,71
Santa Clara-a-Velha	3	5	5	4,58
São Teotónio	46	44	44	44,28
S. Luís	13	14	14	13,86
S. Martinho das Amoreiras	4	4	5	4,29
Vale Santiago	4	6	5	5,14
Vila Nova de Milfontes	52	53	53	52,86

Quadro 3. Quadro de previsão de nados vivos por freguesia 2015 a 2017

⁴ Fonte: PORDATA | INE – SEF / MAI – População estrangeira com estatuto legal de residente

O quadro 13 é o resultado (trabalho global em Anexo 2), prospectivo, da análise aos nascimentos por freguesia e por períodos considerados (1998-2014 e 2008-2014). Para efeitos de contabilização destas projeções utilizou-se o segundo período temporal (2008-2014 por se considerar mais “justa” (todos os desvios-padrão descem neste período) e mais adequada à realidade vigente no território. Os dados projetados para os nascimentos foram sujeitos aos arredondamentos necessários para melhor consideração das casas decimais.

Face a esta previsão de nados vivos é possível estabelecer uma perspectiva de alunos no pré escolar e no primeiro ciclo.

TE	JF	Jl	15/16	16/17	17/18	18/19	19/20
Centro	S.M/S.S.	Odemira	23	19	19	21	23
	Boavista	Boavista	20	17	21	20	21
	Longueira	Almograve	20	19	25	26	26
Interior Norte	Colos	Colos	8	9	12	12	12
	Vale Santiago	Vale	8	11	7	8	7
		Bicos	12	10	9	8	8
	Relíquias	Relíquias	12	12	12	12	12
	S. Martinho	S. Martinho	9	12	13	14	13
Interior Sul		Amoreiras					
	Saboia	Sabóia	6	5	7	8	6
	St.ª Clara	St.ª Clara	6	9	10	9	9
		Pereiras	3	5	5	5	5
	Luzianes	Luzianes	11	11	11	12	11
Litoral Sul	São Teotónio	São Teotónio	126	109	107	106	109
		Zambujeira					
		Brejão					
		Cavaleiro					
Litoral Norte	Milfontes	Milfontes	102	96	104	104	103
	S.Luís	S. Luís	41	39	36	34	33
		Castelão					

Quadro 4. Quadro de previsão de alunos na rede de pré-escolar pública

TE	JF	Escola 1º ciclo	15/16	16/17	17/18	18/19	19/20
Centro	S.M/S.S.	Odemira	112	110	114	112	112
	Boavista	Boavista	88	95	98	100	96
	Longueira	Longueira	56	60	64	56	52
Interior Norte	Colos	Colos	28	30	26	29	25
	Vale Santiago	Bicos	7	4	6	9	11
	Relíquias	Relíquias	21	21	23	19	20
Interior Sul	S. Martinho	S. Martinho	22	23	17	16	15
	Saboia	Saboia	24	25	24	22	23
	St.ª Clara	St.ª Clara	13	9	7	6	8
Litoral Sul	Luzianes	Luzianes	7	8	9	9	9
	São Teotónio	São Teotónio	183	196	206	220	227
		Zambujeira					
Litoral Norte		Brejão					
	Milfontes	Milfontes	232	220	237	225	229
		Brunheiras					
	S.Luís	S. Luís	45	51	59	63	60

Quadro 5. Quadro de previsão de alunos na rede de primeiro ciclo pública

Nestas perspectivas (Quadros 4 e 5) estão consideradas as questões de correlações referidas anteriormente entre nados vivos e alunos efetivos, e, a questão do público e do privado. Sendo este o quadro provável de número de alunos na rede pública do concelho de Odemira nos próximos anos e que deve servir como base para a proposta de rede que se segue nos próximos pontos.

Territórios Educativos

Os territórios educativos do concelho de Odemira representam muito mais do que a sede das escolas de 2º e 3º ciclo (ou secundário nos casos de Odemira e Milfontes). Hoje, os territórios educativos representam uma forma de, num território de enorme dimensão e dispersão demográfica, construir uma rede de centralidades.

Na teoria dos lugares centrais o lugar central é aquele onde ocorrem (centralizam-se) os serviços mais raros, permitindo assim uma escala hierárquica entre centros urbanos que dá forma aos movimentos pendulares das pessoas em busca desses serviços conforme as suas necessidades. A centralidade de Odemira, sede de concelho, é incontestável, mas dada a dimensão física do território associada à dispersão e rarefacção demográfica do mesmo foram nascendo novas centralidades em torno das escolas de 2º e 3º ciclos tendo em conta a rede de transportes escolares e a dinâmica económica que as próprias escolas começaram a produzir nesses espaços urbanos.

Hoje, no concelho de Odemira, as freguesias de São Teotónio, Sabóia, Colos e Vila Nova de Milfontes assumem um conjunto de serviços à população que as constituem como centrais relativamente a territórios vizinhos. Esse é um facto incontestável e a rede escolar contribuiu, e continua a contribuir, decisivamente para que assim seja e assim se fortaleça.

Sendo certo que este é um processo que se vem autoalimentando também é verdade que tem ainda algumas imperfeições, designadamente ao nível do Território Educativo do Litoral Norte onde as relações de vizinhança e as dinâmicas sociocomunitárias não se fazem conforme o desenho atual desse território educativo.

Neste sentido propõe-se que os atuais Territórios Educativos, identificados no ponto anterior, possam permanecer tal como estão, com a exceção da alteração que se propõe de seguida:

Que o Território Educativo do Litoral Norte possa integrar a Freguesia de Longueira-Almograve e que deixe de integrar a Freguesia de S. Luís que passaria a integrar o Território Educativo do Centro, o que implicaria apenas que o JI de Castelão e a EB1/JI de S. Luís passassem para o Agrupamento de Escolas de Odemira e que, a EB1 de Longueira e o JI de Almograve, passassem para o Agrupamento de Escolas de Milfontes. Esta alteração deve produzir efeitos progressivos a partir do ano letivo de 2015/2016.

Esta proposta de alteração viria respeitar e alinhar um conjunto de dinâmicas associadas à própria revisão do Plano Diretor Municipal, às questões inerentes ao Plano de Desenvolvimento Social e às dinâmicas comunitárias que ocorrem na realidade do nosso território.

Assim, em termos finais globais, ficaria o Território Educativo do Interior Norte (Colos, Vale Santiago, S. Martinho das Amoreiras e Relíquias), Território Educativo do Interior Sul (Sabóia, Stª Clara-a-Velha e Luzianes Gare), Território Educativo do Centro (S. Salvador /Santa Maria, S. Luís, Boavista dos Pinheiros), Território Educativo do Litoral Sul (São Teotónio) e Território Educativo do Litoral Norte (Vila Nova de Milfontes e Longueira/Almograve).

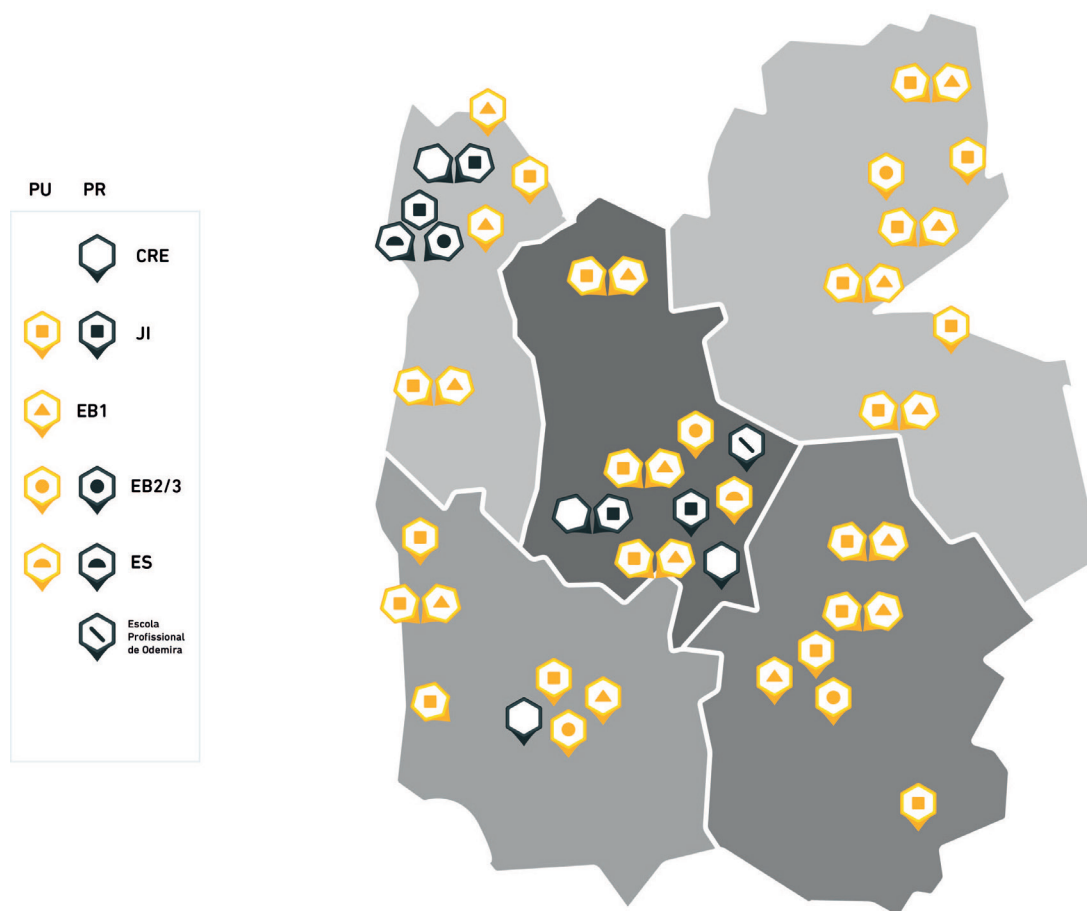


Figura 6. Territórios Educativos de Odemira

Jardim-de-Infância

As últimas décadas apontaram para um processo de generalização da oferta pública de Jardim-de-infância o que originou um quadro territorial significativo de estabelecimentos que procuram responder à dispersão territorial e minimizar a necessidade de transporte de crianças destas idades (maioritariamente dos 3 aos 5/6 anos).

Esse quadro acaba por “fazer” baixar o valor médio de alunas/os por estabelecimento da rede pública (19,95 em 2013/2014). Paralelamente há a considerar, neste âmbito, a significativa oferta da rede privada que, no ano letivo 2013/2014, conta com uma percentagem de 31% do total de alunas/os do concelho neste ciclo de estudos. Este dado, e a oscilação natural provocada pela inscrição/não inscrição de alunas/os na oferta privada por parte dos familiares, acaba por condicionar as previsões feitas no ponto anterior e a própria opção de rede final. Esta dificuldade previsional necessita de ser, anualmente, atualizada de acordo com as naturais oscilações, quer nos nascimentos, quer nas migrações, quer nas inscrições nos estabelecimentos da rede pública/privada.

Neste contexto, a proposta de rede de pré-escolar, parte dos seguintes princípios gerais e específicos:

O presente cenário assenta no pressuposto que não haverá alterações na legislação vigente e na colocação de Educadoras/es de Infância nos JI e prevê o ajustamento dos Territórios Educativos tal como proposto no ponto anterior, pelo que pressupõe a passagem do JI do Almogrove para o Agrupamento de Escolas de VN de Milfontes e o JI de São Luís e o JI do Castelão para o Agrupamento de Escolas de Odemira a partir do ano letivo 2015/2016;

É considerada a necessidade de criação de condições especiais nos estabelecimentos com menos de 10 alunas/os por forma a criar condições equitativas e favoráveis a um bom ambiente de aprendizagem e a um bom processo de ensino-aprendizagem;

Prevê-se a conclusão das obras de remodelação da EB1/JI (modelo 4+2) de São Luís até ao Verão de 2017 e, com base nela, o encerramento do JI do Castelão, no final do ano letivo 2017-2018, a realização de obras tendentes a criar condições para o JI de Vila Nova de Milfontes responder às solicitações e a realização de obras tendentes a criar condições para transferência do JI e da EB 1 de Odemira para o espaço/edifício da EB2/3 Damião de Odemira no Verão de 2018;

O presente cenário prevê a conclusão da construção do Centro Escolar de Longueira-Almogrove no verão de 2018, o que implica o encerramento do JI de Almogrove no final do ano letivo de 2018/2019 e a remodelação da EB1 de São Teotónio para albergar o JI de São Teotónio antes do verão de 2019;

Esta proposta comporta ainda: a não-necessidade de transferências das/os recursos humanos dos equipamentos que encerram para outros equipamentos (se tal suceder o rácio tenderá a diminuir); o aumento do rácio alunas/os/estabelecimentos de 19,90 previstos até 24,88; A anual e progressiva diminuição do custo da rede até um máximo de redução de 15% em recursos humanos e 14% em custos de manutenção; E que estas verbas poderão ser canalizadas para as requalificações e construções de novos Centros Escolares e poderão apoiar a instituição de quatro programas de apoio, desenvolvimento e manutenção da rede⁵:

⁵ Planos conjuntos com as EB1, EB2/3 e Escolas Secundárias e Profissional (quando aplicável).

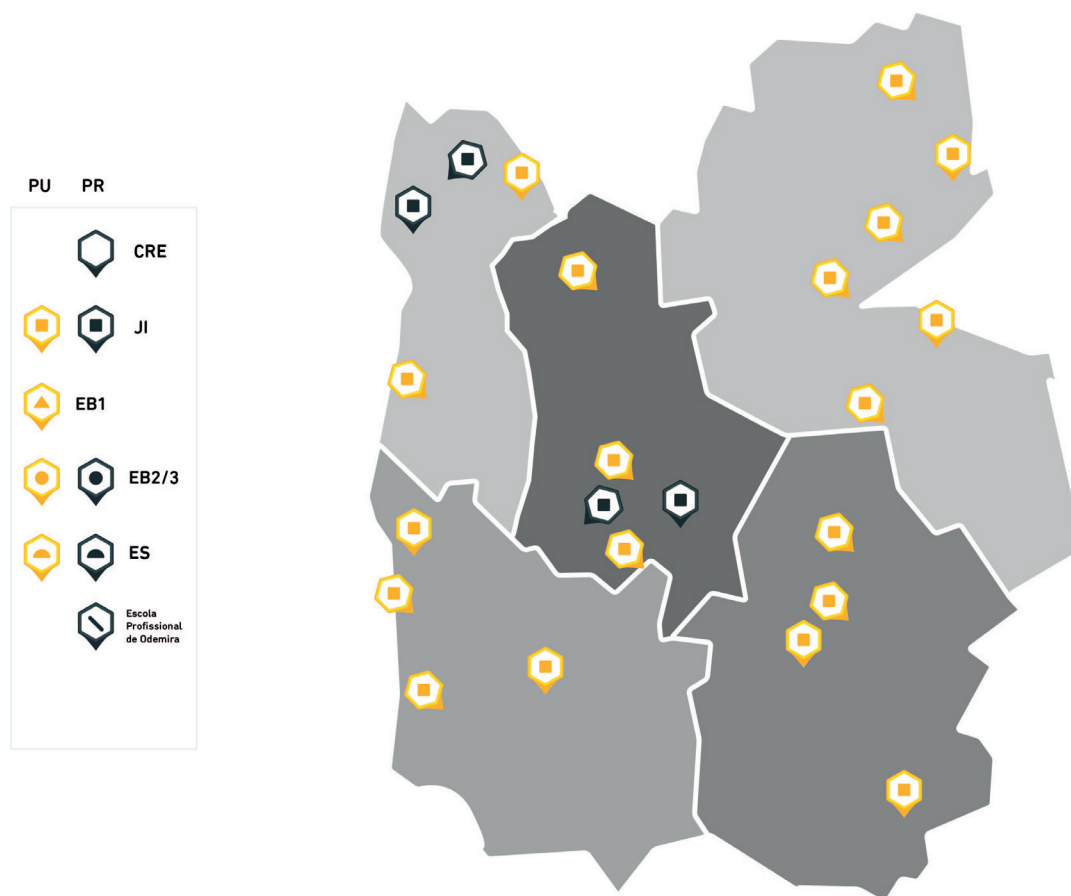


Figura 7. Rede de Creches e de Jardins de infância de Odemira

Escolas Básicas de 1º Ciclo

A estruturação da rede de escolas básicas de 1º ciclo é um processo muito exigente na medida em que existe a necessidade de compatibilizar a legislação em vigor (que prevê o encerramento de todas as Escolas com menos de 21 alunos, o que representaria o encerramento de 4 Escolas (25%) para o próximo ano letivo), com as especificidades do território (nomeadamente a elevada dispersão, as dificuldades nas acessibilidades e a insuficiente rede de transportes públicos) e a necessidade de criar as condições necessárias a uma garantia da democratização do ensino e da igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolar das/os estudantes, prevista na Constituição da República Portuguesa.

Efetivamente, os dados tendem a demonstrar que, em média, as escolas com menos alunas/os tendem a apresentar resultados escolares inferiores sendo esta variação, em alguns casos, bastante significativa, constituindo-se como um fator de risco nas situações de transição entre ciclos escolares. Estas escolas tendem a oferecer menores oportunidades de partilha (experiências, trabalho de grupo, ...), de progressão na formação ao seu corpo docente e terem disponíveis menos recursos e equipamentos (infraestruturais, informáticos, técnicos e /ou pedagógicos) que apoiem os processos de ensino-aprendizagem.

Neste sentido, urge pensar a estruturação da rede partindo de uma visão multifatorial e tendo em consideração um conjunto de variáveis que supera o número de alunas/os por escolas, mas que possa preparar o concelho para um eventual término das excecionalidades que têm permitido que algumas das escolas permaneçam em funcionamento, e que aponte para intervenções na rede, que possam contribuir para melhorar significativamente as condições dos equipamentos escolares e os recursos que os mesmos oferecem.

Neste contexto, a proposta de rede do primeiro ciclo, parte dos seguintes princípios gerais e específicos:

O presente cenário prevê o ajustamento dos Territórios Educativos conforme o proposto anteriormente pelo que pressupõe a passagem da EB1 da Longueira para o Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Milfontes e a EB1 de São Luís para o Agrupamento de Escolas de Odemira, a partir do ano letivo 2015/2016;

O presente cenário prevê a construção do Centro Escolar de Longueira/Almograve (4+2), do Centro Escolar de S. Luís (4+2) e da nova EB1 de São Teotónio (10+0) criando a Básica Integrada (BI) de São Teotónio e, o consequente encerramento da EB1 de Longueira no final do ano letivo de 2018/2019, da EB1 de São Teotónio e da EB1 de Brejão no final do ano letivo de 2017/2018 (propõe-se que as assistentes operacionais sejam também transferidas) e da EB1 de S. Luís no final do ano letivo de 2017/2018;

O presente cenário prevê a realização de obras tendentes a criar condições para transferência da EB1 de Odemira para a EB2/3 Damião de Odemira, no Verão de 2018, e a realização de estudos com vista à construção de um novo Centro Escolar em Vila Nova de Milfontes (EB1/JI) pós 2020 (12+6).

A presente proposta comporta ainda: o aumento do rácio alunas/os/estabelecimentos de 46,68 previstos até 67,28; a anual e progressiva diminuição do custo da rede até um máximo de redução de 12,5% em custos de manutenção; estas verbas poderão ser canalizadas para as requalificações e construções de novos Centros Escolares e poderão apoiar a instituição de quatro programas de apoio, desenvolvimento e manutenção da rede⁶:

⁶ Planos conjuntos com as EB1, EB2/3 e Escolas Secundárias e Profissional (quando aplicável).

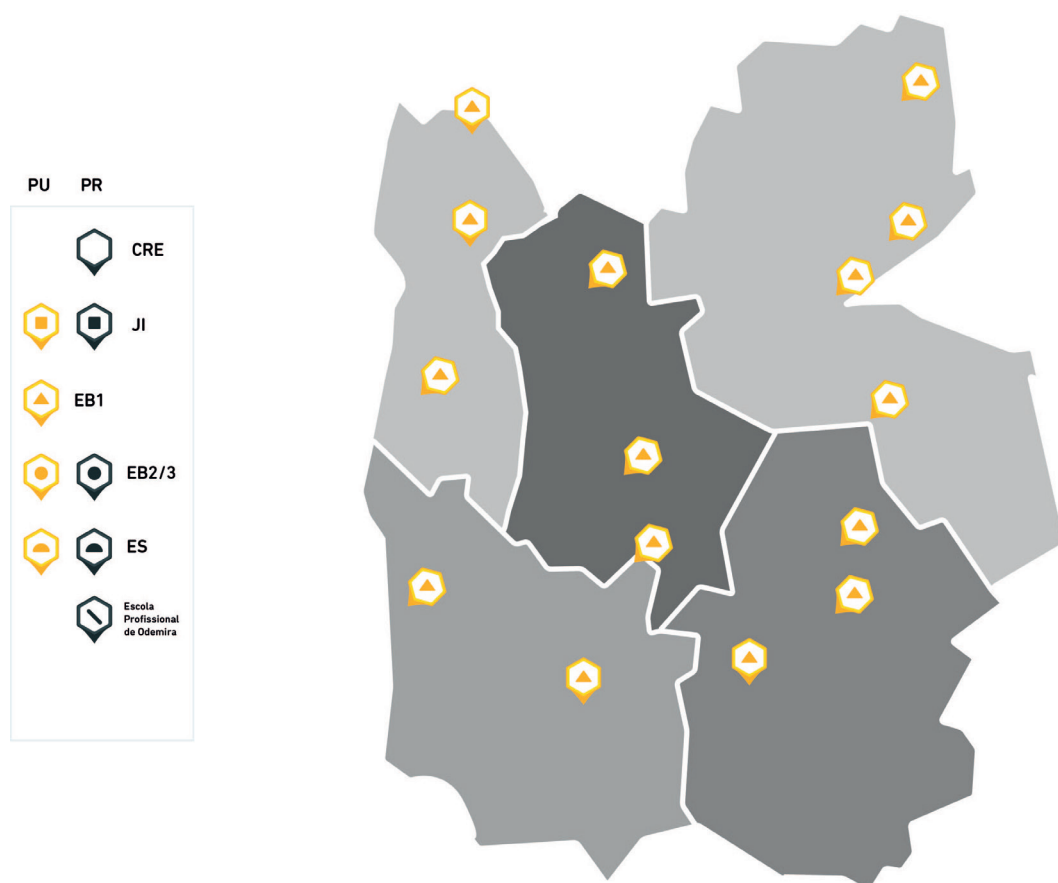


Figura 8. Rede de Primeiro Ciclo de Odemira

Escolas Básicas do 2º, 3º Ciclos, Secundário e Ensino Profissional

Neste momento, onde o foco principal se coloca nos dois pontos anteriores, talvez importe apenas frisar a importância que terá o facto do Município de Odemira e das entidades que constituem a comunidade educativa poderem concorrer para uma melhor educação no território em todos os ciclos. Tal como no caso do 1º ciclo, o concelho tem recuperado significativamente os seus indicadores, na área da educação, mas encontra-se ainda distante da média nacional em parte deles, nomeadamente nas taxas de atraso (2º ciclo – 38,90%; 3º ciclo – 34,43% e Secundário – 40,66%)⁷.

No entanto, o grande problema que subsiste tem que ver com as taxas de abandono escolar que, não só se mantêm elevadas, como são o único indicador em que o município apresenta valores reais superiores aos esperados (0,69 pontos; 10-15 anos), (1,35 pontos; 15-17 anos) e 1,71 (18-24 anos)⁸.

Urge assim encetar esforços de articulação no sentido de garantir a manutenção e valorização da rede de Escolas de 2º/3º ciclo e das três respostas de Ensino Secundário existentes no concelho, estender a estes ciclos, no âmbito de contrato interadministrativo de transferência de competências, a instituição dos quatro programas de apoio, desenvolvimento e manutenção da rede escolar prevista para os ciclos anteriores.

⁷ Dados de 2011 [Fonte: Atlas da Educação – EPIS | CESNOVA]

⁸ Fonte: Atlas da Educação – EPIS | CESNOVA

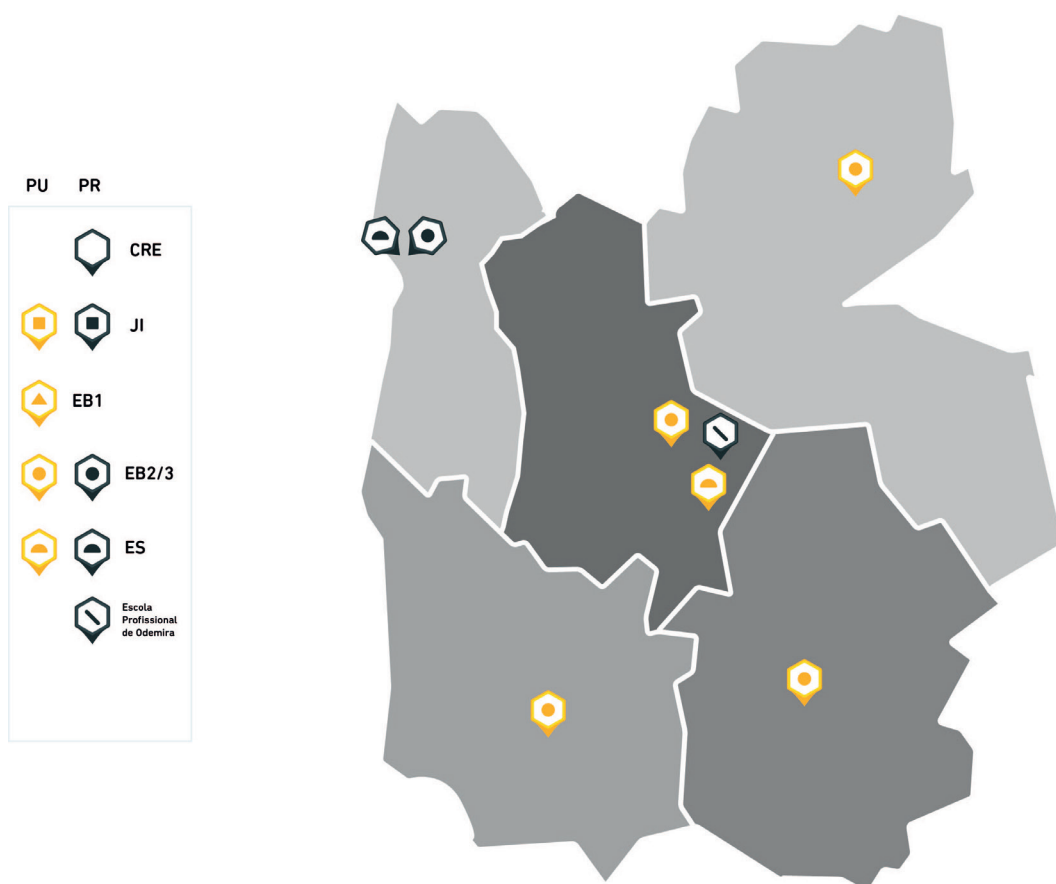


Figura 9. Rede de Escolas do 2º/3º Ciclos, Secundário e Profissional de Odemira

Ação Social Escolar Municipal

A realidade do Município de Odemira, em termos de ação social escolar, parte da sua diversidade de contextos que sugerem diferentes enquadramentos em termos de dificuldades das famílias.

Por um lado, temos a componente de oferta de empregos com vínculos precários e com remunerações baixas o que cria contextos familiares de pobreza isto, na certeza de que nos tempos atuais não basta ter emprego para não se ser pobre.

Por outro lado, temos mesmo situações de desemprego de longa duração em bolsas específicas do território que geram problemas graves de destruturação familiar e contextos familiares, a que as crianças e jovens “são sujeitos” que, em nada, contribuem para percursos escolares regulares.

Finalmente, temos fenómenos de novos residentes (não é uma situação nova mas que tem tido uma mutação e impactos significativos) que, ou por questões de entendimento sobre modelos de ensino/aprendizagem, culturais e/ou económicas, tem contribuído para a necessidade de alargar os apoios de âmbito social e têm gerado contextos adversos aos modelos dominantes de ensino-aprendizagem no concelho.

Neste sentido, a ação social escolar municipal tem por base um regulamento que gere o acesso e a atribuição de apoios às famílias, que passa pela comparticipação nas refeições, material e livros escolares, transportes (gratuito para todos os alunos até à conclusão da escolaridade obrigatória), atividades de apoio à família e apoio a atividades nas pausas letivas. Para além destas questões de apoio direto à frequência escolar, importa referir a componente indireta de apoio às famílias (priorizadas a famílias com crianças e jovens em idade escolar) nas componentes de acesso a equipamentos municipais (piscinas, etc...), serviços municipais (água, etc...) e no apoio ao arrendamento, de modo a proporcionar uma habitação condigna aos mais desfavorecidos.

Os valores globais de crianças e jovens em situação de apoio, pela ação social escolar, são em média de 36 % nos últimos nove anos, o que revela um contexto de dificuldades no concelho de Odemira. O maior número, em termos percentuais, de apoios no âmbito da ação social escolar verifica-se no território educativo do litoral sul (44,04%) e é menos incidente no território educativo do interior sul (26,07%).

Condições de Contratualização

A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabeleceu o regime jurídico das autarquias locais instituiu a forma legal para a descentralização de competências do Estado nos Municípios em dois formatos e/ou possibilidades: no modelo de transferência de competências por força de Lei; no modelo de delegação de competências, através da celebração de contratos interadministrativos.

Esta perspectiva de descentralização de competências está ancorada no princípio da subsidiariedade, previsto e reforçado na revisão constitucional de 1997. Entende-se pois que, a descentralização de competências, deve ocorrer quando determinadas tarefas ou funções podem ser executadas de forma mais eficaz e/ou eficiente por um órgão de maior proximidade, desde que não se coloque em causa a eficácia e unidade de ação da administração (central).

No âmbito da educação, já muito caminho foi feito neste domínio, ainda que as competências descentralizadas para os Municípios tenham tido sempre o princípio da subsidiariedade “musculada”, na certeza de que o Estado Central nunca transferiu as verbas necessárias à continuidade do serviço/tarefa que anteriormente prestava, seja por via da quantidade seja por via do tempo em que disponibilizou a verba correspondente.

Neste sentido, a Câmara Municipal de Odemira, apenas assumiu as competências que, por lei, foram sendo transferidas e participou em ações que foi considerando de relevo entrar por via de candidaturas e/ou acordos com a chancela da Associação Nacional de Municípios. Propostas de delegação de competências, por acordos diretos entre a Administração Central e o Município, nunca foram aceites porque as propostas que continham nunca respeitaram a especificidade e a realidade do concelho de Odemira.

Surge agora o Decreto-Lei n.º 30/2015, de 12 de fevereiro, que assume o formato de delegação de competências para os municípios, através da celebração de contratos interadministrativos, também no domínio da educação, mais concretamente ao nível da gestão escolar e das práticas educativas, ao nível da gestão curricular e pedagógica, ao nível da gestão dos recursos humanos e ao nível da gestão orçamental, financeira e dos equipamentos de toda a rede escolar no município.

A partir desta proposta, considera o Município de Odemira, que existe uma base negocial que pode, objetivamente, resultar na realização de contrato de delegação de competências, desde que sejam cumpridas, de partida, as seguintes condições:

Que a presente proposta de rede escolar seja aprovada sem quaisquer reservas e/ou condicionantes de curto ou médio prazo. Que, enquanto vigorar esta carta educativa (2020), tem que prevalecer, por razões de estabilidade e compromisso, a rede nela constante;

Que seja cumprido, previamente, o rácio de assistentes técnicos e assistentes operacionais nos termos do previsto na Portaria n.º 1049-A/2008, de 16 de setembro e na Portaria n.º 29/2015 de 12 de fevereiro, com contratos efetivos de trabalho (não em modelos temporários de vínculo precário), que seja considerado o lugar e não a pessoa em concreto, do ponto de vista da continuidade do lugar, seja por motivos de baixas prolongadas e/ou por reforma;

Que seja garantido o financiamento (pelo quadro comunitário ou orçamento de estado) das componentes de investimento previstas na presente proposta de rede, designadamente a construção dos centros escolares de São Teotónio, S. Luís e Almogrove;

Que todas as componentes, no domínio da educação, previstas no Decreto-Lei n.º 30/2015, de 12 de fevereiro, sejam objeto de negociação direta e que esse processo, no domínio da educação, não obrigue à aceitação da delegação de competências nos domínios da saúde, cultura e segurança social, igualmente previstas nesse diploma.

3.3. REDE DE ESPAÇOS COM POTENCIAL EDUCADOR

Neste domínio, importa proceder à identificação/mapeamento dos Espaços/Equipamentos com Potencial Educador. Trata-se de um processo de identificação e tratamento de informação referente a todos os equipamentos com potencial educador do concelho. A perspetiva aponta à sua catalogação, disponibilização e identificação (num modelo próximo aos equipamentos desportivos).

A Rede obedecerá à mesma distribuição geográfica dos territórios educativos, pelo que cada um dos espaços com potencial educador integrará o seu próprio território educativo, e é nele que deve encontrar o espaço de debate e de contributo para que o processo educativo possa contribuir, de forma significativa, para a construção de comunidades aprendentes (heterogéneas, pluriculturais e intergeracionais) que construam verdadeiros processos de integração e de valorização dos saberes.

O único projeto neste domínio é estabelecer, com parceria externa, um cronograma de trabalho que passe por um conjunto de etapas que vão desde a definição de conceitos, mapeamento dos espaços e das aprendizagens, sistematização dos conteúdos e dos modelos de aprendizagem, definição de processos para a validação e certificação das aprendizagens não formais, bem como a integração desses espaços nas ofertas, nas dinâmicas e no modelo de governação da educação no concelho de Odemira.

3.4. REDE DE TRANSPORTES

A presente proposta de rede escolar constituir-se-á como um desafio à gestão dos transportes escolares mas, como mais centralizada, oferece outras oportunidades de planeamento e monitorização que foram objeto de análise, nomeadamente:

- A utilização de um Sistema Monitorizado (GPS | Mapas) para melhor conhecimento da rede, das possibilidades e das necessidades (criança/jovem a criança/jovem);

- A possibilidade da utilização do conceito “Transporte a Pedido” numa experiência piloto num território (Anexo 3);

- A possibilidade de flexibilização dos percursos quando articulados com outras áreas (saúde, juventude, social, ...) (Anexo 3).

O aprofundamento e implementação deste conjunto de opções fica dependente da aprovação da proposta de rede, fundamentalmente na componente dos territórios educativos considerando que essa definição pesa sobre o fluxo de pessoas e por isso sobre o desenho da rede de transportes a implementar. Apesar disso importa definir um conjunto de critérios/princípios para os transportes na rede escolar de Odemira:

- Aumentar os níveis de acesso das comunidades aos lugares centrais, aos serviços públicos e ao emprego;

- Reforçar a compatibilização entre os diferentes agentes de transporte, no âmbito dos territórios educativos, por forma a que os tempos de permanência na escola e os tempos de viagem possam ser diminuídos;

- Resolver, de forma sustentada e com corresponsabilidade, as incompatibilidades entre diferentes calendários escolares (regular e profissional) e a oferta regular de transportes públicos;

- Reforçar a liberdade de escolha das famílias na medida em que a rede de transportes tende a responder à multiplicidade de opções e de ofertas designadamente aos níveis do secundário e do profissional.

4. COMUNICAÇÃO, MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

“Quanto maior for a sabedoria, menos feliz a vida (...) Quem ignora que a primeira é a mais grata e deliciosa idade da vida humana? Que têm de especial as crianças para que as beijemos, abracemos, acariciemos, para que até os inimigos se enternecem com elas, se não o encanto da loucura? (...) quando crescem, estudam adquirem o uso das coisas e a disciplina da vida, a alacridade languescer, a alegria arrefece, a vivacidade decai. É a adolescência. À medida que se afaste de mim, o homem vai vivendo com menos intensidade até que chega a senilidade tão modesta para ela como importuna para os outros, e que seria insuportável se eu não intervisse em socorro de tantas misérias”

Erasmus (/n. Elogio da Loucura)

4.1. COMUNICAR COM TODOS EM REDE

O portal “Odemira Território Educativo” será a ferramenta que permitirá reunir, disponibilizar e apresentar toda a informação contida e produzida neste âmbito. Funcionará como guia e histórico do OdeTE e será baseado em modelos experimentados de websites e a forma de apresentação de informação estatística do Portal de Opinião Pública. O portal, além de veículo de comunicação externa e interna será, no fundo, a Carta Educativa e o Projeto de Desenvolvimento Sociocomunitário de Educação.

Sendo que o modelo de governação assenta num modelo integrado/colaborativo, a perspectiva da comunicação interna, entre pares, é de vital importância para o funcionamento adequado, simples, eficaz e transparente de todo o processo. O Portal será a resposta a essa necessidade.

4.2. MONITORIZAR A PARTIR DO ELEMENTO

O presente modelo obriga a um sistema de monitorização e acompanhamento capaz de responder a um conjunto significativo de objetivos. Para que tal suceda é fundamental que exista informação atualizada e, nesse sentido, além de uma base de dados de estatísticas que regularmente são publicadas e que deverão ser regularmente recolhidas, trabalhadas e refletidas, importa definir instrumentos que permitam, com maior facilidade e regularidade, o acesso à informação.

Neste sentido, e focando o pressuposto dos programas de investimento logístico na rede escolar do concelho de Odemira, propõe-se a implementação de fichas de estabelecimento a serem preenchidas pelos agrupamentos uma vez a cada ano, de forma ordinária, e sempre que desejem proceder a solicitações ou alterações.

Estas fichas permitirão, além da recolha de dados, uma melhor organização e planeamento das intervenções necessárias, assim como um melhor histórico (datas, custos, intervenções, motivos, etc.), na medida em que esta ficha será preenchida através de um formulário no portal “Odemira Território Educativo”.

4.3. AVALIAR PRODUZINDO CONHECIMENTO

Diogo Simões Pereira resume bem os fundamentos de uma ferramenta de análise e prospectiva estratégica, em indicadores de educação (chamamos-lhe OPECO - Observatório das Políticas Educativas do Concelho de Odemira), quando explora a necessidade do despiste precoce de dificuldades como fator preponderante ao sucesso escolar (o “tal” screening). A ferramenta OPECO, além de um ótimo instrumento de monitorização, permitirá focar estas análises e adaptar as respostas às problemáticas que mais contribuem, em cada contexto (podemos dizer em cada indivíduo), para as dificuldades. Na verdade, os indicadores que o concelho apresenta continuam a impelir-nos para esta necessidade urgente.

O concelho recuperou de atrasos significativos em quatro indicadores (TAP, TEM, TEM 25-44 e TEM 25-64) com especial destaque para a recuperação da taxa de escolarização média 25-44 anos onde nos aproximamos consideravelmente da média nacional. O concelho afastou-se da média nacional em dois indicadores (TA e DE), com destaque para a desigualdade na escolarização medida a partir do coeficiente de GINI onde, desde 1991, nos temos afastado da média nacional, que tem descido à proporção de 0,2 por cada 10 anos (face aos 0,34 em 20 anos no concelho de Odemira).

O Atlas da Educação apresenta ainda alguns resultados que demonstram que a comunidade educativa do concelho de Odemira está a responder de forma positiva no que se refere aos resultados escolares, uma vez que apresenta resultados positivos quando se comparam às médias observadas e às esperadas para os exames escolares (2008-2012), de 0,22 pontos (numa escala de 1 a 5) no caso dos de 9º ano, e, de 5,73 (numa escala de 0-100) no caso dos de 12º ano.

No entanto, parece estar a responder menos bem quando se observam os valores das taxas de abandono, onde os valores são superiores aos valores esperados em 0,69 pontos (10-15 anos), 1,35 pontos (15-17 anos) e 1,71 (18-24 anos) respetivamente.

Se cruzarmos estes dados com a análises dos resultados das/os estudantes portuguesas/es nos estudos PISA - Programa Internacional de Avaliação de Alunos, perceberemos que Portugal faz parte do grupo dos países que têm maior percentagem de estudantes a frequentar um ano de escolaridade inferior ao ano moda (39% das/os alunas/os inquiridos estava atrasado). Na verdade a análise detalhada dos dados permite concluir que, enquanto na Noruega e no Reino Unido é residual a percentagem de estudantes que não está no ano modal, há países (Portugal, França, ...) com valores muito mais elevados quando, na globalidade, os estudantes destes países apresentam desempenhos semelhantes (Mendes, 2014). Assim, urge intervir neste fenómeno que deverá ser observado por esta ferramenta.

Com o Centro de Estudos de Educação de Odemira pretende-se a criação de que seja um espaço que permita, no âmbito da investigação e do aprofundamento do trabalho dos dados resultantes do Observatório das Políticas Educativas do Concelho de Odemira, atingir três objetivos: Reforçar a ligação Escola – Empresas – Instituições de Ensino Superior no concelho; Criar condições para a realização de estudos em torno dos indicadores de educação do concelho de Odemira que suportem melhores políticas e decisões públicas; Apoiar as Escolas e os Agrupamentos nos seus processos de autoavaliação e/ou outras necessidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A única justificação para mantermos uma teoria errada está na ausência de uma alternativa melhor.”

John Rawls (In. “Uma Teoria da Justiça”)

Alvares, M. Calado, A. Estevão, P. Merlini, S. Nalha, F. (2014). Combate ao Abandono Escolar Precoce – Políticas e Práticas. Lisboa. ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

Azevedo, J. (1996). Os nós da rede: o problema das escolas primárias em zonas rurais. Porto: Asa.

Cabrito, B. Fernandes, G. Silva, M. Lopes, M. Ribeiro, M. Carneiro, M. (2015). Pensar a Educação em Portugal 2015 – Texto Final. Grupo Economia e Sociedade. Lisboa.

Honeyball, M. (2011). Combater o abandono escolar precoce – Projeto de Relatório. Bruxelas. Comissão de Cultura e Educação. Parlamento Europeu.

Mendes, H. (2014). Os resultados dos alunos Portugueses no PISA 2012: Uma perspetiva comparada. Lisboa: Observatório Permanente da Juventude

Oliveira, J. (2005). A educação em meio rural como paleta de possibilidades para o desenvolvimento local: contributos da escola do 1º ciclo do ensino básico e do jardim de infância. Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho: Tese de Doutoramento

Rodrigues, M. L. (2010). A escola pública pode fazer a diferença. Almedina.

Santos, J. (2007). Ensinaaram-me a ler o mundo à minha volta. Assírio & Alvim.

Schon, D. (1990). Educating the reflective practitioner. San Francisco: Jossey-Bass

ANEXOS

ANEXO 2

NADOS VIVOS NO CONCELHO DE ODEMIRA ENTRE 1998 E 2014

	NV	NV	NV	NV	NV	NV	NV	NV	NV	NV	NV	NV	NV	NV	NV	NV	NV	M
	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002	2001	2000	1999	1998	---
Total Concelho	157	161	174	214	199	182	180	179	184	191	217	196	189	210	205	207	192	190
Colos	6	6	4	3	6	8	6	7	3	9	8	10	7	9	6	16	7	7
Relíquias	5	3	4	5	4	4	7	4	3	2	4	3	7	11	4	5	10	5
Sabóia	0	0	2	5	4	4	3	7	2	4	9	10	6	8	7	8	6	5
Santa Clara-a-Velha	1	0	5	0	3	1	5	4	6	4	5	3	1	3	7	8	7	4
São Luís	6	10	16	17	16	17	12	9	10	17	19	10	11	12	15	11	15	13
S. Martinho das Amoreiras	9	4	3	2	4	6	3	8	4	10	2	0	7	5	8	3	3	5
São Teotónio	44	48	47	60	48	34	36	49	36	41	50	43	46	36	43	40	38	43
Vale de Santiago	7	2	10	6	3	3	3	4	7	7	10	13	3	5	11	14	10	7
Vila Nova de Milfontes	44	46	45	59	53	49	57	42	65	52	48	55	49	70	49	49	44	52
Luzianes-Gare	2	3	1	2	1	0	2	1	0	3	6	1	0	0	1	5	1	2
Boavista dos Pinheiros	10	12	14	19	22	21	12	16	15	11	21	13	18	7	-	-	-	15
Longueira/Almogrove	8	10	5	12	15	14	14	8	11	7	7	9	11	1	-	-	-	9
São Salvador e Santa Maria	15	17	18	24	20	21	20	20	22	24	28	26	23	43	54	48	51	28

NV - Nados Vivos; M - Média

A tabela acima revela o nº de nados vivos registados no período entre 1998 e 2014, por localidades. Estes valores permitem calcular a média de nados vivos no concelho bem como em todas as suas freguesias num determinado conjunto de anos. É muito importante referir que no ano de 2013 houve união de freguesias sendo que, de momento, Pereiras-Gare pertence a Santa Clara-a-Velha, Zambujeira do Mar a S. Teotónio, Bicos a Vale de Santiago e Santa Maria a São Salvador. O número de nados vivos das freguesias referidas anteriormente foram somados por forma a permitir calcular a previsão de nados vivos para os anos que seguem.

	M	DP	M2	DPP2	DIF M2-M
Total Concelho	190,41	16,88	181,00	18,67	-9,41
Colos	7,12	2,93	5,57	1,50	-1,55
Relíquias	5,00	2,38	4,57	1,18	-0,43
Sabóia	5,00	2,91	2,57	1,84	-2,43
Santa Clara-a-Velha	3,71	2,44	2,14	2,03	-1,56
São Luís	13,12	3,53	13,43	3,92	0,31
São Martinho das Amoreiras	4,76	2,71	4,43	2,19	-0,34
São Teotónio	43,47	6,47	45,29	8,01	1,82
Vale de Santiago	6,94	3,69	4,86	2,70	-2,08
Vila Nova de Milfontes	51,53	7,43	50,43	5,55	-1,10
Luzianes-Gare	1,71	1,67	1,57	0,90	-0,13
Boavista dos Pinheiros	15,07	7,01	15,71	4,49	0,64
Longueira/Almograve	9,43	4,92	11,14	3,40	1,71
São Salvador e Santa Maria	27,88	12,27	19,29	2,71	-8,60

M- Média 1998-2014; DP - Desvio Padrão 1998-2014; M2 - Média 2008-2014; DPP2 - Desvio-Padrão 2008-2014

Como se pode verificar no quadro anterior, a média a utilizar é a M2 (referente ao período 2008-2014) por ser considerada a mais fiável na medida em que apresenta um desvio padrão muito mais baixo, logo também é mais seguro aquando da realização de previsões. Na última coluna apresenta-se a diferença de médias entre os dois períodos distintos (2008-2014 e 1998-2014).

Previsão de Nados Vivos no Concelho de Odemira entre 2015 e 2019

	PNV 2019	PNV 2018	PNV 2017	PNV 2016	PNV 2015	NV 2014	NV 2013	NV 2012	PRE M- NV ---
Colos	6	5	6	5	6	6	6	4	5,57
Relíquias	5	4	5	4	5	5	3	4	4,57
Sabóia	3	2	3	2	3	0	0	2	2,57
Santa Clara-a-Velha	3	2	2	2	2	1	0	5	2,14
São Luís	13	14	13	14	13	6	10	16	13,43
São Martinho das Amoreiras	4	5	4	5	4	9	4	3	4,43
São Teotónio	45	45	46	45	45	44	48	47	45,29
Vale de Santiago	4	5	5	5	5	7	2	10	4,86
Vila Nova de Milfontes	50	51	50	51	50	44	46	45	50,43
Luzianes-Gare	2	1	2	1	2	2	3	1	1,57
Boavista dos Pinheiros	15	16	16	16	16	10	12	14	15,71
Longueira/Almograve	12	11	11	11	11	8	10	5	11,14
São Salvador e Santa Maria	19	19	20	19	19	15	17	18	19,29

PNV - Previsão de Nados Vivos | NV - Nados Vivos | PRE M. NV - Previsão Média de Nados Vivos

O presente quadro apresenta a previsão de nados vivos/ano. O mesmo não é todo automático pela necessidade de consideração parcelar das décimas. É de realçar, novamente, que neste quadro os valores apresentados são com base na nova estrutura autárquica do concelho de Odemira.

Número de alunos (JI) no Concelho de Odemira 2010/2011 – 2014/2015

Agrupamento	Estabelecimento JI	10/11	11/12	12/13	13/14	14/15
		Nº alunos				
Colos	Bicos	10	10	5	4	5
	Vale Santiago	6	5	3	7	4
	Relíquias	7	12	11	16	13
	Amoreiras	8	6	4	6	5
	S. Martinho	14	10	4	11	7
	Colos	15	15	13	18	19
Total Parcial		60	58	40	62	53
Milfontes	Castelão	10	5	2	15	19
	S. Luís	21	14	8	24	23
	Milfontes	100	121	84	112	85
Total Parcial		131	140	94	151	127
Odemira	Boavista	10	19	16	14	15
	Almograve	22	28	19	30	33
	Odemira	25	32	26	17	21
Total Parcial		57	79	61	61	69
S. Teotónio	Zambujeira	16	11	7	19	23
	Cavaleiro	9	4	2	12	13
	Brejão	13	10	6	10	6
	S. Teotónio	78	44	24	60	70
Total Parcial		116	69	39	101	112
Saboia	Luzianes	16	13	6	9	9
	Stª Clara	13	15	8	6	6
	Pereiras	6	5	5	3	3
	Sabóia	8	7	7	6	10
Total Parcial		43	40	26	24	28
Privado	Lápis de Cor	25	21	16	25	25
	Colégio Odemira	85	54	32	75	75
Total Parcial		110	75	48	100	100
TOTAL		517	461	308	499	489

A tabela anterior revela o número de alunos/as que frequentaram os estabelecimentos de jardim-de-infância do concelho de Odemira nos anos letivos 2010/2011 a 2014/2015. Verifica-se através dos totais que o número de alunos/as que frequentaram estas escolas oscila bastante de ano para ano.

Agrupamento	Escola	10/11	Exp. 10/11	DIF	11/12	Exp. 11/12	DIF	12/13	Exp. 12/13	DIF	13/14	Exp. 13/14	DIF	14/15	Exp. 14/15	DIF	Mé- dia DIF
		Jl	Jl	Jl	Jl	Jl	Jl	Jl	Jl	Jl	Jl	Jl	Jl	Jl	Jl	Jl	
Colos	Bicos	10	11	-1	10	8	2	5	5	0	4	3	1	5	7	-2	0
	Vale Santiago	6	7	-1	5	6	-1	3	5	-2	7	6	1	4	5	-1	-0,8
	Relíquias	7	9	-2	12	14	-2	11	15	-4	16	15	1	13	13	0	-1,4
	Amoreiras	8	22	0	6	15	1	4	17	-9	6	13	4	5	12	0	-0,8
	S. Martinho	14			10			4			11			7			
	Colos	15	19	-4	15	16	-1	13	21	-8	18	20	-2	19	17	2	-2,6
Total Parcial		60	68	-8	58	59	-1	40	63	-23	62	57	5	53	54	-1	-5,6
Milfontes	Milfontes	100	165	-65	121	165	-44	84	165	-81	112	165	-53	85	161	-76	-63,8
	Castelão	10			5			2			15			19			
	S. Luís	21	46	-15	14	46	-27	8	46	-36	24	46	-7	23	50	-8	-18,6
Total Parcial		131	211	-80	140	211	-71	94	211	-117	151	211	-60	127	211	-84	-82,4
Odemira	Boavista	10	42	-32	19	43	-24	16	49	-33	14	55	-41	15	62	-47	-35,4
	Almograve	22	26	-4	28	33	-5	19	36	-17	30	43	-13	33	41	-8	-9,4
	Odemira	25	58	-33	32	60	-28	26	61	-35	17	61	-44	21	65	-47	-36,8
	Total Parcial	57	126	-69	79	136	-57	61	146	-85	61	159	-98	69	168	-99	-81,6
S. Teotónio	Zambujeira	16	15	1	11	14	-3	7	11	-4	19	12	7	23	16	7	1,6
	Cavaleiro	9			4			2			12			13			
	Brejão	13	111	-11	10	107	-49	6	108	-76	10	106	-24	6	126	-37	-39,4
	S. Teotónio	78			44			24			60			70			
	Total Parcial	116	116	0	69	121	-52	39	119	-80	101	118	-17	112	142	-30	-35,8
Sabóia	Luzianes	16	4	12	13	3	10	6	3	3	9	3	6	9	3	6	7,4
	Stª Clara	13	10	3	15	12	3	8	7	1	6	7	-1	6	3	3	1,8
	Pereiras	6	4	2	5	3	2	5	3	2	3	2	1	3	1	2	1,8
	Saboia	8	13	-5	7	12	-5	7	14	-7	6	11	-5	10	13	-3	-5
	Total Parcial	43	31	12	40	30	10	26	27	-1	24	23	1	28	20	8	6

Número de Alunos VS Valores Expetados (Jl) - 2010/2011 – 2014/2015

Nesta tabela é possível verificar o número de alunas/os por estabelecimento de ensino de jardim-de-infância face aos valores expectados, para o período 2010/2011 – 2014/2015. A coluna "DIF" revela a diferença que existe entre o número de alunos contabilizados em cada escola e os valores expetados face à previsão realizada com base nos dados vivos.

Agrupamentos	Estabelecimentos Jl	15/16	16/17	17/18	18/19	19/20
		Nº de Alunos				
Colos	Bicos	10				
	Vale Santiago	9	18	19	14	17
	Relíquias	13	12	12	13	14
	Amoreiras					
	S. Martinho	10	9	16	17	18
	Colos	13	13	16	18	17
Milfontes	Milfontes	157	150	135	140	145
	Castelão	49	43	32	29	33
	S. Luís					
Odemira	Boavista	55	45	36	38	42
	Almograve	32	27	23	29	30
	Odemira	62	59	50	51	53

São Teotónio	Zambujeira	19				
	Cavaleiro					
	Brejão	136	155	139	137	134
	S. Teotónio					
Sabóia	Luzianes	4	6	6	7	5
	Stª Clara	4	5	6	3	5
	Pereiras	4				
	Sabóia	11	7	2	3	5

Número de Alunos Esperados (JI) entre 2015/2016 e 2019/2020

Os valores apresentados representam o número esperado de alunos/as por estabelecimento de ensino de jardim-de-infância face à previsão de nados vivos e perda esperada no período 2015/2016 e 2019/2020.

Agrupamento	Estabelecimentos EB1	10/11	11/12	12/13	13/14	14/15
		Nº de Alunos				
Colos	Bicos	17	16	20	16	14
	Vale Santiago	11	12	12	9	
	Relíquias	27	22	17	19	17
	S. Martinho	20	18	20	22	21
	Colos	27	24	22	29	33
Total Parcial		102	92	91	95	85
Milfontes	S. Luís	54	56	54	50	51
	Foros Galeado	25	20	18	17	
	Brunheiras	32	23	25	35	55
	Milfontes	174	183	202	178	187
Total Parcial		285	282	299	280	293
Odemira	Boavista	83	93	95	69	69
	Longueira	41	40	42	33	30
	Odemira	150	149	139	121	229
Total Parcial		274	282	276	223	328
S. Teotónio	Cavaleiro	13	14	12	12	
	Zambujeira	37	32	25	38	45
	Brejão	15	14	15	17	18
	S. Teotónio	140	147	136	146	142
Total Parcial		205	207	188	213	205
Sabóia	Luzianes	8	11	15	16	17
	Stª Clara	8	9	16	13	14
	Sabóia	45	37	22	27	18
Total Parcial		61	57	53	56	49
Total		927	920	907	867	960

Número de alunos (EB1) no Concelho de Odemira 2010/2011 – 2014/2015

A tabela anterior revela o número de alunos/as que frequentaram as escolas básicas do 1º ciclo do conselho de Odemira nos anos letivos 2010/2011 a 2014/2015. Verifica-se através dos totais que o número de alunos/as que frequentaram estas escolas não oscila muito de ano para ano.

Número de Alunos VS Valores Expetados (EB1) - 2010/2011 – 2014/2015

Agrupamento	EB1	10/11	Exp. 10/11	DIF	11/12	Exp. 11/12	DIF	12/13	Exp. 12/13	DIF	13/14	Exp. 13/14	DIF	14/15	Exp. 14/15	DIF	Média DIF
Colos	Bicos	17	11	6	16	22	-6	20	24	-4	16	20	-4	14			
	Vale de Santiago	11	11	0	12	11	1	12	13	-1	9	8	1		19	-5	-1,333333333
	Relíquias	27	25	2	22	16	6	17	12	5	19	13	6	17	24	-7	2,4
	S.Martinho	20	14	6	18	19	-1	20	16	4	22	24	-2	21	23	-2	1
	Colos	27	34	-7	24	34	-10	22	30	-8	29	27	2	33	30	3	-4
Total parcial		102	95	7	92	102	-10	91	95	-4	95	92	3	85	96	-11	-3
Milfontes	S.Luís	54	62	-8	56	53	3	54	56	-2	50	55	-5	51	71	-20	-6,4
	Foros	25			20			18			17			55			
	Galeado	32	222	9	23	204	22	25	220	25	35	207	23		260	-18	12,2
	Brunheiras	174			183			202			178			187			
	Milfontes																
Total parcial		285	284	1	282	257	25	299	276	23	280	262	18	293	331	-38	5,8
Odemira	Boavista	83	59	24	93	63	30	95	60	35	69	63	6	69	90	-21	14,8
	Longueira	41	28	13	40	34	6	42	34	8	33	35	-2	30	63	-33	-1,6
	Odemira	150	130	20	149	105	44	139	102	37	121	96	25	229	105	124	50
Total parcial														328	258	70	5,8
S.Teotónio	Zambujeira	37	34	3	32	29	3	25	27	-2	38	28	10	45			
	Cavaleiro	13			14			12			12						
	Brejão	15	141	27	14	151	24	15	143	20	17	148	27	18	227	-22	10
	S.Teotónio	140			147			136			146			142			
Total parcial		205	175	30	207	180	27	188	170	18	213	176	37	205	227	-22	18
Sabóia	Luzianes	8	7	1	11	10	1	15	10	5	16	10	6	17	6	11	4,8
	Stª Clara	8	7	1	9	9	0	16	15	1	13	15	-2	14	13	1	0,2
	Saboia	45	33	12	37	29	8	22	25	-3	27	22	5	18	23	-5	3,4
Total parcial		61	47	14	57	48	9	53	50	3	56	47	9	49	42	7	8,4

Nesta tabela é possível verificar o número de alunas/os por ensino básico do 1º ciclo face aos valores expectados, para o período 2010/2011 – 2014/2015. A coluna "DIF" revela a diferença que existe entre o número de alunos contabilizados em cada escola e os valores expetados face à previsão realizada com base nos dados vivos.

Número de Alunos Esperados (EB1) entre 2015/2016 e 2019/2020

Agrupamento	EB1	15/16	16/17	17/18	18/19	19/20
Colos	Bicos	25	24	28	30	29
	Vale de Santiago	24	20	21	22	21
	Relíquias	18	19	22	22	25
	S. Martinho	27	27	25	25	27
	Colos	94	90	96	99	102
Total Parcial		94	90	96	99	102
Milfontes	S. Luís	78	76	65	62	59
	Foros Galeado	263	252	247	244	236
	Brunheiras	341	328	312	306	295
	Milfontes	341	328	312	306	295
Total Parcial		341	328	312	306	295
Odemira	Boavista	88	88	77	71	68
	Longueira	60	56	50	46	45
	Odemira	103	100	94	93	88
Total Parcial		251	244	221	210	201
S. Teotónio	Zambujeira	225	237	247	244	229
	Cavaleiro	225	237	247	244	229
	Brejão	225	237	247	244	229
	S. Teotónio	225	237	247	244	229
Total Parcial		225	237	247	244	229
Sabóia	Luzianes	6	7	9	10	9
	Stª Clara	14	8	9	8	10
	Sabóia	18	15	11	12	7
Total Parcial		38	30	29	30	26

Os valores apresentados representam o número esperado de alunos/as por escolas básicas de 1º ciclo face à previsão de nados vivos e perda esperada no período 2015/2016 e 2019/2020.

ANEXO 1

TERRITÓRIOS EDUCATIVOS

Território Educativo de Colos

Estabelecimentos de Ensino		Alunos/as	Turmas	Docentes	Não Docentes
Jardim-Infância	Jl de Amoreiras-Gare	5	1	1	1
	Jl de Bicos	5	1	1	1
	Jl de Relíquias	13	1	1	1
	Jl de S. Martinho das Amoreiras	7	1	1	1
	Jl de Vale de Santiago	4	1	1	1
	Jl de Colos	19	1	1	1
Total JI:		53	6	6	6
Escola Básica 1º ciclo	EB1 dos Bicos	14	1	1	1
	EB1 de Relíquias	17	1	1	1
	EB1 de S. Martinho das Amoreiras	21	2	1	1
	EB1 de Colos	33	2	2	1
Total EB1:		85	6	5	4
Escola Básica 2º e 3º ciclo	5º A	37	2	36	12
	5ºB				
	6º Ano	31	1		
	7º A	21	2		
	7º B				
	8º Ano	21	1		
	9º Ano	20	1		
	9º B Vocacional	22	1		
	9ºC PIEF	31	1		
Total EB2/3:		183	9	36	12
Total Território Educativo Colos:		321	21	47	22

Território Educativo de Sabóia

Estabelecimentos de Ensino		Alunos/as	Turmas	Docentes	Não Docentes
Jardim-Infância	Jl de Luzianes-Gare	9	1	1	1
	Jl de Pereiras-Gare	3	1	1	1
	Jl de Santa Clara-a-Velha	6	1	1	1
	Jl de Sabóia	10	1	1	1
Total JI:		28	4	4	4
Escola Básica 1º ciclo	EB1 de Luzianes-Gare	17	1	1	1
	EB1 de Santa Clara-a-Velha	14	1	1	1
	EB1 de Sabóia	18	1	1	1
Total EB1:		49	3	3	3
Escola Básica 2º e 3º ciclo	5º Ano	76	1	24	16
	6º Ano		1		
	7º Ano		1		
	8º Ano		1		
	9º Ano		1		
Total EB2/3:		76	5	24	16
Total Território Educativo Sabóia:		153	12	31	23

Território Educativo de S. Teotónio

Estabelecimentos de Ensino		Alunos/as	Turmas	Docentes	Não Docentes
Jardim-Infância	Jl do Brejão	6	1	1	1
	Jl do Cavaleiro	13	1	1	2
	Jl de S. Teotónio		1		
	1	70		5	5
	1				
	Jl da Zambujeira do Mar	23	1	1	1
Total JI:		112	6	8	9
Escola Básica 1º ciclo	EB1 do Brejão	1º Ano			
	2º Ano				
	3º Ano	18	1	2	2
	4º Ano				
	EB1 de S. Teotónio	1º Ano			
	2º Ano				
	3º Ano	142	6	8	3
	4º Ano				
	EB1 da Zambujeira do Mar	1º Ano			
	2º Ano				
	3º Ano	45	2	3	3
	4º Ano				
Total EB1:		205	9	13	8
Escola Básica 2º e 3º ciclo	5º Ano		3		
	6º Ano		3		
	EB2/3 de S. Teotónio	262	2	40	24
	7º Ano		3		
	8º Ano		3		
	9º Ano		3		
Total EB2/3:		262	14	40	24
IPSS	Creche - Os Calculinhos	72	-	5	17
Total Território Educativo S. Teotónio:		651	29	66	58

Território Educativo de Odemira

	Estabelecimentos de Ensino	Alunos/as	Turmas	Docentes	Não Docentes
Jardim-Infância	Boavista dos Pinheiros	15	1	1	-
	Almograve	33	2	1	-
	Odemira	21	1	4	-
	Total JI:	69	4	6	0
Escola Básica 1º ciclo	EB1 da Longueira	30	2	1	-
	EB1 da Boavista dos Pinheiros	69	4	3	-
	EB1 de Odemira	229	6	13	4
	Total EB1:	328	12	17	4
Escola Básica 2º e 3º ciclo	EB2/3		3		
	5º ano				
	Damião de Odemira		3		
	6º ano	290	2	26	23
	7º ano		3		
	8º ano		3		
	9º ano		3		
	Total EB2/3:	290	14	26	23
Ensino Secundário	Escola Secundária		5		
	10º Ano		5		
	Dr. Manuel Candeias		6		
	11º Ano				
	12º Ano				
	1º Curso Profissional	396	1	44	25
	2º Curso Profissional		1		
Total Ensino Secundário:		396	18	44	25
Ensino Profissional	Básico	23	1		
	Básico	21	1		
	Básico	16	1		
	1º A	27	1		
	1º B	27	1		
	1º C	26	1		
	1º D	22	1	27	8
	2º A	25	1		
	2º B	24	1		
	2º C	23	1		
	3º A	18	1		
	3º B	19	1		
	3ºC	23	1		
	Total Ensino Profissional:	294	13	27	8
IPSS	Jardim-Infância	59	-		
	Creche JI				
	Nossa Sr.ª da Piedade*	75	-	21	28***
	Creche - Casa Beatriz Gambôa	61	-		
	Jl Casa Maria Luísa Cordes da Ponte**	75	-		
	Total IPSS:	270	-	21	18
Total Território Educativo Odemira:		1647	61	141	88

* Atividades de Tempos Livres – frequentam 50 crianças

** Atividades de Tempos Livres – frequentam 20 crianças

*** Outros docentes - 15

Total por tipos de Ensino

		Escolas	Alunos/as	Turmas	Docentes	Não Docentes
	JI	20	389	27	30	33
	EB1	17	960	43	60	35
	EB2/3	4	1180	59	126*	75*
	Ensino Secundário/Profissional	3	850	39	116	64
IPSS	JI	2	100	-		
	Creche	5	322	-	32	60
	Total	51	3801	168	364	267

*Número de docentes e não Docentes do Colégio Nossa Senhora da Graça só está contemplado no Ensino Secundário/Profissional.

ANEXO 3

REDE DE TRANSPORTES ESCOLARES

Rede de Transportes Escolares 2014/2015¹

Transportes Escolares realizados pelas Juntas de Freguesia

Junta de Freguesia de Colos

A Junta de Freguesia de Colos transporta **12 alunos/as** que frequentam o ensino pré-escolar, básico e secundário/profissional. São realizados diariamente **144km**, sendo 88km em terra batida e 56km em pavimento alcatroado, divididos em 2 circuitos efetuados por **2 carrinhas** (+ 1 alternadamente).

Circuito 1 Colos - Ferraria - Cubeiros - Vale Rodrigo - Colos

Circuito 2 Colos - Campo Redondo - Abegão - Alagoinha - Vinha da Velha - Colos

Total Terra Batida: 88 km

Total Pavimento: 56 km

Total diário: 144 km

Junta de Freguesia de Luzianes-Gare

A Junta de Freguesia de Luzianes-Gare transporta **30 alunos/as** que frequentam o ensino pré-escolar, básico e secundário/profissional. São realizados diariamente **338,9km**, sendo 139,4km em terra batida e 199,5 km em pavimento alcatroado, divididos em 2 circuitos efetuados por **2 carrinhas**.

Circuito 1 Luzianes-Gare - Vale Chão - Monte Figueira - Várzea Redonda - Vale Fontes - Pipinhas - Monte Novo - Moinho da Alcariota - Luzianes-Gare

Circuito 2 Luzianes-Gare - Moinho da Alcariota - Vale Gonçalves - Corte-Brique - Barreiras - Monte Novo - Luzianes-Gare

Total Terra Batida: 139,4 km

Total Pavimento: 199,5 km

Total diário: 338,9 km

Junta de Freguesia de S. Teotónio

A Junta de Freguesia de S. Teotónio transporta **33 alunos/as** que frequentam o ensino pré-escolar, básico e secundário/profissional. São realizados diariamente **227,9km**, sendo 12km em terra batida e 215,9km em pavimento alcatroado, distribuídos por 10 circuitos efetuados por **2 carrinhas**.

Circuito 1 S. Teotónio - Delfeira - Marouços - Moita Velha - Pegões Meio - Monte Novo Vale d'Água - Quintas - EB2/3 S. Teotónio

Circuito 2 S. Teotónio - Quinta Pedreneiras - Carvalhal Sarilho - Pocinhas - Vale Covas Cima - Largo Rato - EB2/3 S. Teotónio

Circuito 3 S. Teotónio - Vale d'Água Serra - Moinho Loução - Choça Vales - Relva Grande - S. Teotónio

Circuito 4 S. Teotónio - Largo Gomes Freire - Vale Covas - Zambujeira Mar - Água Bacias - Largo Rato - S. Teotónio

Circuito 5 S. Teotónio - Carvalhal Sarilho - Vale Covas Cima - Vale Covas - Largo Rato - Pegões Meio - Delfeira - S. Teotónio

Circuito 6 Quinta Pedreneiras - Pocinhas - Carvalhal Sarilho - Vale Covas Cima - Vale Covas - Largo Rato - S. Teotónio

Circuito 7 S. Teotónio - Pegões Meio - Moita Pedras - Delfeira - S. Teotónio

Circuito 8 S. Teotónio - Largo Rato - Água Bacias - S. Teotónio

Circuito 9 S. Teotónio - Moita Velha - Relva Grande - Choça Vales - Moinho Loução - Vale d'Água Serra - S. Teotónio

Circuito 10 S. Teotónio - Encalhe - Pocinhas - Quintas - Monte Novo Vale d'Água - Marouços - Delfeira - Moita Velha - Relva Grande - Corregos (Relva Grande) - S. Teotónio

Total Terra Batida: 12 km

Total Pavimento: 215,9 km

Total: 227,9 km

Junta de Freguesia de São Salvador e Santa Maria

A Junta de Freguesia de S. Salvador e Santa Maria transporta **4 alunos/as** que frequentam o ensino pré-escolar, básico e secundário/profissional. São realizados diariamente **90km**, sendo 30km em terra batida e 60km em pavimento alcatroado, distribuídos por 3 circuitos efetuados por **2 carrinhas**.

Circuito 1 Odemira - Agachada - Vale Vaqueira

Circuito 2 Odemira - Vale Cortiças

Circuito 3 Odemira - Alcaria

Total Terra Batida: 30 km

Total Pavimento: 60 km

Total: 90 km

Junta de Freguesia de S. Luís

A Junta de Freguesia de S. Luís transporta **26 alunos/as** que frequentam o ensino pré-escolar, básico e secundário/profissional. São realizados diariamente **162km**, sendo 24km em terra batida e 138km em pavimento alcatroado, distribuídos por 12 circuitos efetuados por **2 carrinhas**.

Circuito 1 S. Luís - Vale Bejinha- Troviscais - Castelão- S. Luís

Circuito 2 S. Luís - Trejanitos - S. Luís

Circuito 3 S. Luís - Queimadinha - S. Luís

Circuito 4 S. Luís - Lameiros - Vale Açougue - S. Luís

Circuito 5 S. Luís - Bairro Azul - Castelão - S. Luís

Circuito 6 S. Luís - Lameiros - Vale Açougue - S. Luís

Circuito 7 S. Luís - Castelão - Troviscais - S. Luís

Circuito 8 S. Luís - Trejanitos - S. Luís

Circuito 9 S. Luís - Monte da Queimadinha - S. Luís

Circuito 10 S. Luís - Castelão - Troviscais - S. Luís

Circuito 11 S. Luís - Seixalinho - Queimadinha - S. Luís

Circuito 12 S. Luís - Carrasqueira - S. Luís

Total Terra Batida: 24 km

Total Pavimento: 138 km

Total: 162 km

Junta de Freguesia de Sabóia

A Junta de Freguesia de Sabóia transporta **18 alunos/as** que frequentam o ensino pré-escolar, básico e secundário/profissional. São realizados diariamente **255,5km**, sendo 44km em terra batida e 211,5km em pavimento alcatroado, distribuídos por 9 circuitos efetuados em **3 carrinhas**.

Circuito 1 Sabóia - Moitinhas - Moita - Moitinhas - Zagazil - Moitinhas - Vale Turiz - Corte Sevilha - Moitinhas - Sabóia

Circuito 2 Sabóia - Turquines - Cortinha - Turquines - Corte Sevilha - Moitinhas - Ponte de Turquines - Turquines - Ponte Turquines - Carrascalinho - Viradouro - Sabóia

Circuito 3 Sabóia - Nave Redonda - Sabóia

Circuito 4 Sabóia - Rosal - Barreiros - Rosal - Sabóia

Circuito 5 Sabóia - Rosal - Barreiros - Rosal - Sabóia

Circuito 6 Sabóia - Nave Redonda - Sabóia

Circuito 7 Sabóia - Vale Turiz - Moitinhas - Sabóia

Circuito 8 Sabóia - Ponte Turquines - Turquines - Cortinha - Moita - Ponte Turquines - Sabóia

Circuito 9 Sabóia - Ponte Turquines - Sabóia

Total Terra Batida: 44 km

Total Pavimento: 211,5 km

Total: 255,5 km

Junta de Freguesia de Santa Clara-a-Velha

A Junta de Freguesia de Santa Clara-a-Velha transporta 27 alunos/as que frequentam o ensino pré-escolar, básico e secundário/profissional. São realizados diariamente 485km, sendo 180km em terra batida e 305 km em pavimento alcatroado, distribuídos por 10 circuitos efetuados por 3 viaturas.

Circuito 1 Santa Clara-a-Velha - Amorosa - Cascalhos - Santa Clara-a-Velha

Circuito 2 Santa Clara-a-Velha - Cortes Pereiras - Santa Clara-a-Velha

Circuito 3 Santa Clara-a-Velha - Sabóia - Pereiras-Gare - Santa Clara-a-Velha

Circuito 4 Santa Clara-a-Velha - Barranco dos Madeiros - Santa Clara-a-Velha

Circuito 5 Santa Clara-a-Velha - Cascalhos - Santa Clara-a-Velha

Circuito 6 Santa Clara-a-Velha - Cortes Pereiras (Eira do Milho/ Ronceiro) - Barranco da Estrada - Corte-Briques - Santa Clara-a-Velha

Circuito 7 Santa Clara-a-Velha - Pereiras - Sabóia - Santa Clara-a-Velha

Circuito 8 Santa Clara-a-Velha - Corte-Brique - Cortes Pereiras - Vale de Água

Circuito 9 Santa Clara-a-Velha - Corte-Brique - Vale de Água - Barranco da Estrada - Cortes Pereiras de Baixo - Ronceiro - Santa Clara-a-Velha

Circuito 10 Santa Clara-a-Velha - Corte-Brique - Cortes Pereiras - Santa Clara-a-Velha - Barranco da Estrada - Eira do Milho - Pereiras - Farrobo - Pereiras - Sabóia - Sítio Almarge - Pereiras - Foz do Vale - Reseadinhas Santa Clara-a-Velha

Total Terra Batida: 180 km

Total Pavimento: 305 km

Total: 485 km

Junta de Freguesia da Boavista dos Pinheiros

A Junta de Freguesia da Boavista dos Pinheiros transporta **13 alunos/as** que frequentam o ensino pré-escolar, básico e secundário/profissional. São realizados diariamente **128km** apenas em pavimento alcatroado, distribuídos por 4 circuitos efetuados por **1 carrinha**.

Circuito 1 Boavista Pinheiros - Quinta Carvalhal - Moncosa - Bemparece - Odemira - Moinho Além - S. Pedro - Moncosa - Boavista Pinheiros - Casa Nova da Figueira - Boavista Pinheiros - Odemira - Boavista Pinheiros

Circuito 2 Boavista Pinheiros - Odemira - Moncosa - Boavista Pinheiros

Circuito 3 Boavista Pinheiros - Odemira - Bemparece - Moncosa - Malavado - Quinta Carvalhal - Boavista Pinheiros

Circuito 4 Boavista Pinheiros - Casa Nova Figueira - Boavista Pinheiros - Bemparece - Moinho do Além - S. Pedro - Moncosa - Boavista Pinheiros

Total Terra Batida: ---

Total Pavimento: 128 km

Total: 128 km

Junta de Freguesia de S. Martinho das Amoreiras

A Junta de Freguesia de S. Martinho das Amoreiras transporta **29 alunos/as** que frequentam o ensino pré-escolar, básico e secundário/profissional. São realizados diariamente **220km**, sendo 38km em terra batida e 182km em pavimento alcatroado, distribuídos por 5 circuitos efetuados por **2 carinhas**.

Circuito 1

S. M. Amoreiras - Corte Malhão - Monte das Flores - Vale Brique - S. M. Amoreiras

S. M. Amoreiras - Coitinhos - Amoreiras- Gare - Monte do Guerreão - Vale de Água de Cima - S. M. Amoreiras

S. M. Amoreiras - Carvalheiras - S. M. Amoreiras

S. M. Amoreiras - Aldeia das Amoreiras - S. M. Amoreiras

S. M. Amoreiras - Vale Água de Baixo - Amoreiras-Gare - S. M. Amoreiras

Total Terra Batida: 38 km

Total Pavimento: 182 km

Total: 220 km

Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes

A Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes transporta **66 alunos/as** que frequentam o ensino pré-escolar, básico e secundário/profissional. São realizados diariamente **190km**, sendo 85km em terra batida e 105km em pavimento alcatroado, distribuídos por 2 circuitos efetuados por **1 carrinha e 1 autocarro (26 lugares)**.

Circuito 1 (Autocarro) EB1 Vila Nova Milfontes - Alagoachos - Malhadinhas - Ribeira da Azenha - Brunheiras - Galeado - Alagoachos - Brejos da Figueira - Jardim de Infância - EB1 Vila Nova Milfontes

Circuito 2 (Carrinha) Pousadas - Vila Nova Milfontes - Caiada - Vila Nova Milfontes - Caiada - Brunheiras

Aldeia Bogaga - Brunheiras (2x, crianças são depois transportadas no autocarro para Galeado e Vila Nova Milfontes)

Total Terra Batida: 85 km

Total Pavimento: 105 km

Total: 190 km

Junta de Freguesia de Longueira/Almograve

A Junta de Freguesia de Longueira/Almograve transporta **44 alunos/as** que frequentam o ensino pré-escolar, básico e secundário/profissional. São realizados diariamente **191km**, sendo 30,3km em terra batida e 160,7km em pavimento alcatroado, distribuídos por 4 circuitos efetuados por **2 carrinhas**.

Circuito 1 Almograve - Carrascal L. - Bebedouros do Meio - Cascalheira - Cruzamento - Maljulhada - Longueira - Rua José Gonçalves - Almograve - Monte da Vinha - Almograve - Longueira - Almograve - Cruzamento - Longueira - Almograve

Circuito 2 Almograve - Monte da Vinha - Almograve - Moinho Longueira - Almograve - Rua José Gonçalves - Longueira - Monte Branco - Longueira - Carrascal L. - Bebedouros Meio - Cascalheira - Cruzamento - Maljulhada - Almograve

Circuito 3 Longueira - A-de-Mateus - Almeidans - Flor Rosa - Casa Nova - Almograve - Monte da Vinha - Longueira - Nascedios - Cruzamento Almograve - Maljulhada - Bebedouros - Serro Pequeno - Almograve - Flor Rosa - Almograve

Circuito 4 Almograve - Longueira - Vila Nova Milfontes - Longueira - Portos Brancos - Almograve - Flor Rosa - Almograve - Serro Pequeno - Bebedouros - Maljulhada - Cruzamento Almograve - Nascedios - Longueira - Monte da Vinha - Almograve - Casa Nova - Almeidans - A-de-Mateus - Longueira

Total Terra Batida: 30,3 km

Total Pavimento: 160,7 km

Total: 191 km

Junta de Freguesia de Vale de Santiago

A Junta de Freguesia de Vale de Santiago transporta **39 alunos/as** que frequentam o ensino pré-escolar, básico e secundário/profissional. São realizados diariamente entre **338,6km e 596,6km** (os itinerários não são iguais todos os dias), sendo 68,6km em terra batida e 269,6km ou 528km em pavimento alcatroado, distribuídos por 7 circuitos efetuados por **2 carrinhas**.

Circuito 1 Bicos - Monte João Pais Baixo - Caiada (Cruzto.) - João Pais Cima - Vales - Chaminé Baixo (Cruzto.) - F. Chaparral - T. Cima - Bicos

Circuito 2 Bicos - Chaminé Baixo (Cruzto.) - Vales - Chaminé Baixo (Cruzto.) - Caiada - Bicos - Fornalhas Novas - Fornalhas Velhas

Circuito 3 Bicos - Bicos

Circuito 4 Bicos - Colos (apenas 4ª feiras)

Circuito 5 Vale Santiago - Fornalhas Novas - Monte Velho - Vale Santiago - Laborela - Fornalhas Velhas - Vale Santiago - Santa Luzia - Colos - Monte Velho - Vale Santiago - Bicos - Vale Santiago

Circuito 6 Vale Santiago - Monte Velho - Vale Santiago - Monte Velho - Fornalhas Novas - Colos - Laborela - Santa Luzia - Vale Santiago - Fornalhas Velhas - Vale Santiago

Circuito 7 Vale Santiago - Colos - Bicos - Fornalhas Velhas - Vale Santiago (apenas 4ª feiras)

Total Terra Batida: 68,6 km

Total Pavimento: 269,6 km - 528 km

Total: 338,2 km – 596,6 km

Junta de Freguesia de Relíquias

A Junta de Freguesia de Relíquias transporta **30 alunos/as** que frequentam o ensino pré-escolar, básico e secundário/profissional. São realizados diariamente **196Km**, sendo 28km em terra batida e 168km em pavimento alcatroado, distribuídos por 9 circuitos efetuados por apenas **1 carrinha**.

Circuito 1 Relíquias - Vale Ferro - Gravita - Cabaços - Relíquias

Circuito 2 Relíquias - Monte Estebainha - Corgo de Água - Água da Rainha - Panasqueira - Relíquias

Circuito 3 Relíquias - Vale Ferro - Vale-Pepino - Cabaços - Chaíça - Vale Ferro

Circuito 4 Vale Ferro - Pereira - Fornos da Venda - Pereiro-Grande - Barreiro - Relíquias

Circuito 5 Relíquias - Portela do Carvalhal - Barreiro - Pereiro-Grande - Foros da Venda - Relíquias

Circuito 6 Relíquias - Panasqueira - Moinho Velho - Vale Ferro - Gravita - Cabaços - Relíquias

Circuito 7 Relíquias - Portela Carvalhal - Barreiro - Pereiro-Grande - Pereira - Vale Ferro - Relíquias

Circuito 8 Relíquias - Vale Ferro - Chaíça - Cabaços - Vale Pepino - Relíquias

Circuito 9 Relíquias - Água da Rainha - Relíquias

Total Terra Batida: 28km

Total Pavimento: 168km

Total: 196km

As 13 Juntas de Freguesia constituintes do concelho de Odemira transportam um total de 371 alunos/as que frequentam os diversos níveis de ensino. Para tal, são percorridos todos os dias $\approx 2966,5\text{km}$ ($\approx 767,3\text{km}$ em terra batida e $\approx 2199,2\text{km}$ em pavimento alcatroado) e envolvidas 26 viaturas (25 carrinhas de 9 lugares e 1 autocarro de 26 lugares).

Após realizada uma análise relativamente aos transportes realizados diariamente pelas Juntas de Freguesia, verificou-se a necessidade de aumentar a frota de forma a diminuir o tempo que os/as alunos/as passam fora de casa, bem como permitir que estes/as não tenham que sair de casa com tanto tempo de antecedências do início das aulas (dado que a maioria dos/as alunos/as iniciam as aulas às 9h e têm que sair às 7h de casa, por exemplo). Desta forma, considera-se que o rendimento escolar do/a aluno/a possa aumentar devido ao ganho de tempo e à diminuição do cansaço provocado pelo tempo de transporte.

Considera-se que todas as juntas de freguesia necessitam de pelo menos mais uma carrinha, à exceção de São Salvador e Santa Maria e Boavista dos Pinheiros. Algumas juntas de freguesia devido ao elevado número de alunos/as transportados/as (a junta de freguesia de Vila Nova de Milfontes é a que transporta mais alunos/as – 66, tendo apenas 1 carrinha e um autocarro de 26 lugares); outras, devido à grande distância entre localidades que obrigam alguns/algumas alunos/as a percorrer mais km, desnecessariamente.

O facto de existirem apenas 26 viaturas para transportar 371 alunos/as obriga os motoristas a realizarem várias viagens, pelo que os/as primeiros/as alunos/as transportados/as necessitam sair de casa com bastante tempo de antecedência do início das aulas. Apesar disso, é de salientar que a Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes (muitos alunos a transportar) e a Junta de Freguesia de Santa Clara-a-Velha (muitos quilómetros a percorrer, 485km diários) são as que mais necessitam aumentar a frota.

Transportes Escolares realizados pelo Município

Circuito 1

S. Teotónio - Herdade das Fontes - Monte Soalheiro - Monte Resmonal - Malhão Silveira - S. Teotónio
S. Teotónio - Estibeira - S. Teotónio
S. Teotónio - Estibeira - Delfeira - S. Teotónio
S. Teotónio - Serro da Vinha - João de Ribeiras - Casa Nova da Cruz - Quintas - S. Teotónio - Odemira
Odemira - S. Teotónio - Vale Figueira - Alcaria- Estibeira - Herdade das Fontes - Monte Resmonal - Brejão - Azenha do Mar - S. Teotónio
S. Teotónio - Estibeira - Herdade das Fontes - Monte Resmonal - S. Teotónio
S. Teotónio - Estibeira - Malhão Silveira - Tagariça - Malavado - S. Teotónio
S. Teotónio - Casa Nova da Cruz - Serro da Vinha - Quintas - João de Ribeiras - S. Teotónio
S. Teotónio - Estibeira - Monte Resmonal - S. Teotónio
S. Teotónio - Choça - Serro da Vinha - Várzea do Carvalho - Carapeto - Moitinhas - S. Teotónio

Circuito 2

Boavista dos Pinheiros - Corgos - Choça dos Vales - Relva Grande - S. Teotónio
S. Teotónio - Relva Grande - Quintas - S. Teotónio
S. Teotónio - Vale Juncal - S. Miguel - Brejão - Azenha do Mar - Brejão - Odemira
Odemira - S. Teotónio - Relva Grande - Choça dos Vales - Brejão - Azenha do Mar - Brejão - S. Miguel - Vale Juncal - Boavista dos Pinheiros

Circuito 3

S. Teotónio - Alcaria - Vale Figueira - Estibeira - S. Teotónio
S. Teotónio - Malavado - Monte Resmonal - Malhão Silveira - S. Teotónio
S. Teotónio - Vale Figueira - Sardanito - Zambujeira do Mar - Odemira
Odemira - Zambujeira do Mar - Vale Figueira - S. Teotónio
S. Teotónio - Alcaria - Vale Figueira - Zambujeira do Mar - Sardanito - S. Teotónio - Cravinho - S. Teotónio

Circuito 4

S. Teotónio - Cavaleiro - Várzea dos Porcos - Craveira - Touril - Entrada da Barca - Zambujeira do Mar - Odemira
Odemira - Zambujeira do Mar - Entrada da Barca - Touril - Craveira - Várzea dos Porcos - Cavaleiro

Circuito 5

Odemira - Carrasqueira - Vale Bejinha - S. Luís - Castelão - Troviscais - Odemira
Odemira - S. Luís - Castelão - Troviscais - S. Luís - Vale Bejinha - Carrasqueira - Odemira

Circuito 6

Odemira - Vale Figueira - Juncalinho - Monte da Estrada - Vale Ferro - Relíquias
Relíquias - Vale de Água - Vale Figueira - Juncalinho - Relíquias
Relíquias - Ribeira do Salto - Relíquias - Odemira
Odemira - Relíquias - Vale de Água - Ribeira do Salto - Relíquias
Relíquias - Ribeira do Salto - Juncalinho - Relíquias
Relíquias - Vale Figueira - Monte da Estrada - Vale da Casca - Monte - Relíquias
Relíquias - Ribeira do Salto - Vale de Água - Juncalinho - Vale Figueira - Odemira

Circuito 7

Odemira - Torrinha - Odemira

Circuito 8

Odemira - Tamera - Colos
Colos - Ribeira Seissal Cima - Ribeira Seissal Baixo - Campo Redondo - Colos
Colos - Tamera - Colos
Colos - Ribeira Seissal Cima - Ribeira Seissal Baixo - Campo Redondo - Colos

O Município de Odemira assegura o transporte de ≈ 196 alunos/as cujas residências são de vários pontos do concelho. São realizados diariamente diversos circuitos, variando consoante o dia da semana e os horários dos/as alunos/as. Não sendo itinerários fixos diários, não foi possível calcular o número total de quilómetros realizados, no entanto pode-se assegurar que são de facto muitos, dada a extensão territorial do concelho de Odemira [1720km²]. Para o efeito, o Município de Odemira dispõe de 3 autocarros (2 são de 27 lugares e 1 de 15 lugares) e 4 carrinhas de 9 lugares (onde só podem circular 6 crianças devido ao uso obrigatório de cadeira de segurança). Considera-se que seria importante adquirir pelo menos mais um autocarro de 26 lugares de forma a agilizar melhor o transporte dos/as alunos/as.

Transportes Escolares realizados pela Rodoviária

Linha Garvão - Odemira

Garvão - Aldeia Amoreiras - S. Martinho Amoreiras - Amoreiras (est.) - Colos (cruztº) - Colos - Relíquias - Portela Junqueiro - Vale Ferro - Cabaços - Montinho - Telheiro - Bemposta - Odemira

Linha Monte Estrada - Odemira

Monte da Estrada - Escola Primária - Relíquias - Portela Junqueiro - Montinho - Capelinha - Fonte Boa - Telheiro - Bemposta - Odemira

Linha Santiago Cacém - Vila Nova Milfontes

Santiago Cacém - Aldeia Chãos - Vale Traves - Tarro - Tanganheira - Cercal Alentejo - Alpendurada - Brunheiras - Vila Nova Milfontes

Linha Praia da Zambujeira – Odemira

Praia da Zambujeira - Canal - S. Teotónio - Boavista dos Pinheiros - Portas de Transval - Odemira

Linha Cercal do Alentejo - Odemira

Cercal Alentejo - Fonte Nova - Aldeia Cano (cruztº.) - Aldeia Cano - Campo Redondo - Ribeira Seissal (cruztº.) - Ribeira Seissal - Colos - Santa Luzia (cruztº.) - Santa Luzia - Funcheira - Garvão - Espinhos - Ourique

Linha Corte Malhão - S. Martinho Amoreiras

Corte Malhão - Barranco Laranjeiras - Monte Cerro - S. Martinho Amoreiras

(realizado apenas às 5ª feiras)

Linha Sines - Vila Nova de Milfontes

Sines - Cruz. EN 261-3 - Monte Novo - Margavel - Porto Covo (cruztº.) - Porto Covo - Bica - Ribeira Aze-nha (cruztº.) - Malhadinhas - Brunheiras - Galeado - Vila Nova de Milfontes

Linha Sabóia - Odemira

Sabóia - Frieza - Bem Casados (cruztº.) - Portela da Fonte Santa - Camachos - Boavista Pinheiros - Fo-ros Quintas - Portas de Transval - Odemira

Linha Beja - Odemira - Praia Zambujeira

Beja - Penedo Gordo - Stª. Vitória - Ervidel - Corte Vicente Eanes (cruztº.) - Corte Vicente Eanes - Al-justrel - Messejana - Stª. Luzia - Colos - Relíquias - Odemira - Boavista Pinheiros - S. Teotónio - Praia Zambujeira

Linha Cercal do Alentejo - Odemira II

Cercal Alentejo - Silveiras - Vale Pedra - Foros Caiada (cruztº.) - Foros Caiada - Bicos - Bicos (cruztº.) - Fornalhas Novas - Fornalhas Novas (cruztº.) - Valongo - Vale Santiago - Stª. Luzia - Stª. Luzia (cruztº.) - Colos - Remal - Colos - Relíquias - Portela Junqueiro - Montinho - Capelinha - Fonte Boa - Telheiro - Bemposta - Odemira

Linha Relva Grande - S. Teotónio

Relva Grande - Moita (cruztº.) - Quintas - S. Teotónio

Linha Odeceixe - Odemira - Cercal - Santiago Cacém

Odeceixe - S. Miguel - Brejão (cruztº.) - Azenha Mar - Brejão (cruztº.) - S. Teotónio - Odemira - S. Luís - Cercal Alentejo - Tanganheira - Tarro - Vale Traves - Aldeia Chão - Santiago Cacém

Linha Odeceixe - Santiago Cacém

Odeceixe - Brejão (cruz^o.) - S. Teotónio - Odemira - S. Luís - Cercal Alentejo - Pouca Farinha - Tangeira - Tarro - Vale Traves - Aldeia Chão - Santiago Cacém

Linha S. Teotónio - Vale Touriz - Sabóia

S. Teotónio - Quintas - Casa Nova da Cruz - Várzea Carvalho - Moitinhas (cruz^o.) - Moitinhas - Vale Touriz - Corte Sevilha - Sabóia

Linha Odemira - Odemira

Odemira - Portas Transval - Algoceira - Flor Brejo (cruz^o.) - Almogrove (cruz^o.) - Longueira/Almogrove - Choça (cruz^o.) - Cavaleiro - Fataca (cruz^o.) - Malavado - Portas Transval - Odemira

Nesta tabela estão espelhados todos os circuitos realizados pela Rodoviária do Alentejo que permitem a deslocação de qualquer cidadão dentro do concelho de Odemira e/ou para outros concelhos. Considera-se importante adicionar mais um trajeto (Odemira-Vila Nova de Milfontes) de forma a permitir a deslocação de alunos/as que queiram frequentar o Colégio Nossa Senhora da Graça, em Vila Nova de Milfontes.

(Endnotes)

¹ Fonte: Juntas de Freguesia, Município de Odemira e Rodoviária do Alentejo.

Nota: Os circuitos e a quilometragem diária apresentada para cada Junta de Freguesia está consoante as informações que as juntas de freguesias nos cederam, podendo, no entanto, não corresponder totalmente à realidade (ex: número de circuitos).

ANEXO 4

TRANSPORTES A PEDIDO

O QUE É O TRANSPORTE A PEDIDO?

Serviço flexível de transporte, pressupondo um pedido prévio através de chamada para uma call center, que permite responder de forma mais adequada às necessidades das populações e com custos mais baixos.

Em Portugal já existe este serviço, no Município de Mação, onde este projeto piloto obteve bons resultados devido à sua baixa densidade.

OBJETIVOS

- Colmatar fracas acessibilidades ao emprego, saúde, bens e serviços;
- Contribuir para a promoção da mobilidade e a melhoria da qualidade de vida das pessoas com mobilidade reduzida;
- Promover o combate à exclusão social, permitindo que os residentes do interior do concelho deslocar-se até ao litoral e centro do concelho.
- Encontrar soluções para suprir parte dos problemas de mobilidade a que os sistemas de transporte público atuais não conseguem dar resposta.

FUNCIONAMENTO

- O cliente de determinada zona liga para uma Central onde indica a origem e destino da viagem a pedir, bem como o horário. Este pedido poderá ser, eventualmente, formalizado através de preenchimento de uma ficha on-line, a disponibilizar no site do Município de Odemira, submetida com uma semana de antecedência à data da viagem;
- Os pedidos de emergência poderão ser aceites, desde que exista disponibilidade dos meios e recursos ou que já exista um serviço naquela zona e que haja lugar no veículo.
- Os operadores deste serviço, mediante os serviços já requisitados, planeiam uma rota do serviço, de acordo com os veículos e condutores disponíveis.
- O serviço poderá ser solicitado por situações excecionais, sem comprometimento semanal ou mensal e, assim, o seu custo será contabilizado como "custo variável" (€/km). Se for caso de um serviço solicitado por mês ou semana, terá que ser sujeito a um orçamento para aquele trajeto, sendo o seu custo considerado como "custo fixo" (€/dia). É importante realçar que estes custos terão que ser inferior às taxas empregues por taxistas, por exemplo, de modo a que pessoas com menos capacidades financeiras possam utilizar o serviço.

TIPOLOGIA DO SERVIÇO

No concelho de Odemira, o transporte a pedido poderá assumir três tipos distintos de transporte a pedido:

- ROTA PRÉ-DEFINIDA

Nesta tipologia é pressuposto a realização de rotas pré-definidas, com horários e paragens pré-estabelecidas. No entanto, os veículos destinados a estas rotas só circularão se houver pedidos registados;

Este é o modelo implementado no Município de Mação que, por ter apenas 6 freguesias e não ser um concelho muito disperso, permite à sua população um maior e melhor fluxo de deslocação.

Em Odemira, apesar de ser um concelho com uma área territorial muito extensa e ser composto por 13 freguesias, é possível implementar este modelo na zona litoral, permitindo alargar as oportunidades de emprego dado que o maior empreendedorismo ocorre nos campos agrícolas do Brejão, Azenha do Mar, Zambujeira do Mar, Boavista dos Pinheiros e Longueira-Almogrove.

· ROTA NÃO DEFINIDA

Quando tratamos de uma rota definida isto quer dizer que é um serviço de transporte em que não existem paragens rotas fixas. Ou seja, as paragens são definidas em função dos pedidos dos clientes. Este modelo, apesar de ser positivo em qualquer zona do concelho, é especialmente importante no interior e centro do concelho.

Desta forma, qualquer habitante de uma aldeia do interior, como Fornalhas Velhas por exemplo, poderá deslocar-se para qualquer ponto do concelho, acedendo a bens e serviços disponíveis maioritariamente na sede de concelho - Odemira, com mais facilidade e com horários mais flexíveis.

Este modelo está implementado em países como Bélgica, Finlândia, Itália, Reino Unido e Suécia.

· ROTA TOTALMENTE FLEXÍVEL

Este tipo de serviço é bem mais flexível e moldável às necessidades de cada um individualmente. Este é um serviço de porta a porta, indicado para a população mais idosa e/ou com algum grau de deficiência. Considerando que esta modalidade permite ir para além das paragens, é pressuposto que tenha um custo mais elevado.

Este modelo está implementado na Finlândia e Reino Unido.

QUEM PODERÁ CONCORRER PARA CONCESSÃO DE LICENÇAS E EXECUÇÃO DE SERVIÇOS?

Os serviços de transporte a pedido serão assegurados por sociedades comerciais, cooperativas licenciadas pela Direção Geral de Transportes Terrestres, ou por empresários em nome individual. Todos são sujeitos a concurso para obtenção da licença junto da Câmara Municipal de Odemira, que será aberto por cada freguesia.

Após atribuída a licença, os transportes ficarão obrigados a estar à total disposição dos clientes, não podendo recusar qualquer serviço que lhe seja atribuído. Todos os veículos deverão estar devidamente identificados com um distintivo dos Transportes a Pedido do Município de Odemira.

ANÁLISE SWOT

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
- Inclusão social; - Criação de uma rede de transportes inovadora no concelho; - Redução da poluição derivado à diminuição de veículos em tráfego; - Possibilidade de atribuição de descontos através do Cartão Social e Cartão Jovem Municipal. - Facilidade de acesso aos meios de transporte férreos (estações de comboio de Santa Clara-Sabóia e Funcheira).	- Custos (potencialmente) elevados; - Dificil sustentabilidade; - Dificuldade de implementação e integração; - Necessidade de adquirir alguns equipamentos, como GPS e softwares modernizados; - Falta de recursos humanos;
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
- Meio de transporte inovador; - Aumento de oportunidades de deslocação a pessoas com fraca mobilidade; - Financiamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), através de possível concurso ou noutra modalidade; - Possível financiamento através de programas da União Europeia.	- Inexistência de legislação; - Restrição financeira; - Dimensão do território.

NECESSIDADES À IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO

Quando se pensa em criar um projeto da dimensão que é Transporte a Pedido, é necessário prever algumas necessidades aquando da sua implementação, tais como:

- licenciamento da atividade. É estritamente necessária a licença para o exercício da atividade que consiste na obtenção de um alvará, que é intransmissível e tem uma validade de 5 anos podendo ser renovável, mediante comprovação de que se mantêm os requisitos de acesso à atividade.
- criação de legislação. É necessário elaborar um regulamento que defina todas as normas de funcionamento;
- criação de uma central coordenadora. De forma a não sobrecarregar a central do Município de Odemira, para onde telefonam centenas de munícipes diariamente, e fundamental criar-se um espaço para uma central destina apenas a este serviço;
- aquisição de material informático e de navegação. Para a central é necessário adquirir computadores, telefones e todo o material inerente a qualquer central. É também indispensável a aquisição de aparelhos de navegação (GPS);
- contratação de recursos humanos. É evidente que, para fazer face a todo este cenário, é necessário a contratação de pessoas para assegurarem o trabalho na central (atendimento de pedidos e estruturação das rotas).

ANEXO 5

PLANO ANUAL DE ATIVIDADES

[illegible]

